

ATA DA 5.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2024

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro pelas nove horas e trinta e cinco minutos, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 5.ª sessão ordinária. Presidiu aos trabalhos o senhor deputado municipal Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira e Rita Belo Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

A senhora secretária Rita Belo Santos procedeu à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Ana Margarida Leonardo Silva Fortuna • Carla Alexandra Cardoso Monteiro • Carlos Jorge Belerique Ormonde • Cidália de Lurdes Correia Parreira • Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha • Hélio Manuel Melo Vieira • Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço • João Carlos de Castro Tavares • João Manuel Machado Enes • João Paulo da Costa Moniz • José Eduardo Vieira Pimentel • José Luís Ferreira Parreira • José Miguel de Freitas Toste • Leandra Milagres Cota Mendes Meneses • Lisete Fernandes Oliveira • Marcelo Leal Pamplona • Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira • Paulo Alexandre Ávila Fagundes • Paulo Jorge Pimentel da Silva • Rita Belo Santos • Rogério Paulo Nogueira e Sousa • Valdeci Purim.

GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):

Alberto Gonçalves de Melo • Basílio Narciso de Sousa • Bruno Miguel Ferreira Fagundes • Carlos Henrique da Costa Neves • Cesário Alberto Ferreira Pamplona • Gilberto Jorge de Ávila Moniz • Guilherme Carlos da Rocha Bizarro • João Alexandre de Sousa Barata Feio de Oliveira • Luciva Ventura • Luís Manuel Mendes Leal • Luísa da Costa Barcelos • Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa • Mário José Martins Cardoso • Michéle Soveta Aguiar • Paulo Duarte Gomes • Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel • Tomás Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho • Vítor Bruno Costa Pereira.

CÂMARA MUNICIPAL:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Brites Baldaia do Rego Botelho Mendonça Cunha • Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim • Guido de Luna da Silva Teles • Paulo Alexandre Silva Lima • Sandra Maria de Sousa Garcia.

A senhora deputada municipal Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira assumiu as funções de 1.ª secretária da Mesa.

Posta à discussão e votação sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da 4.ª sessão ordinária do dia 11 de setembro de 2024 foi aprovada por maioria com quatro abstenções.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente, dando conta do seguinte:

- Da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores:
 - Um Voto de Pesar que fora apresentado pelo falecimento do doutor Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino.
 - Votos de Congratulação pela celebração dos 25 anos da Associação Cultural Angra Jazz.
 - Um Voto de Congratulação pelo centenário do nascimento de José Enes Pereira Cardoso.
- Da Assembleia Municipal da Praia da Vitória:
 - Um Voto de Congratulação pelo Campeonato da Europa de Canoagem de Mar.
- Da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo:
 - Um ofício a dar conta da atribuição das Chaves de Honra e o título de Cidadão Honorário a Paul Robin Krugman.
 - Um memorando referente ao Plano Regional Anual para 2025 que fora remetido no âmbito do parecer sobre o Plano e Orçamento.
 - Informação sobre cotizações e assinaturas relativas às instituições, com as quais o município tem parcerias.
- Do grupo municipal da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):
 - Um requerimento pedindo esclarecimentos, que foram prestados, sobre a água para consumo animal.
- Do CDS-PP:
 - Um Voto de Congratulação pela realização da 5.ª edição dos «Açores Bravos Trail».
- Da EDA:
 - Relatório de gestão de 2023 referente a contas e sustentabilidade.

B – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções da parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Muito bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas membros da Assembleia Municipal.

Como sabem, a Assembleia Municipal elege membros para o Conselho de Ilha, mas não elege suplentes, uma situação que é incómoda, quer para os efetivos, quer para o próprio Conselho de Ilha que em determinados momentos não tem representação da Assembleia Municipal. Com um passado pouco praticado de jurista, sou daqueles que interpreta a lei como que, se não diz que não, é porque pode ser, mas poderá haver interpretações mais restritas porque, cada jurista, a sua sentença. Acho que vale a pena estudar o assunto para que a Assembleia Municipal nomeie efetivos e suplentes para o Conselho de Ilha da Terceira.

Um segundo ponto, talvez menos relevante, é uma proposta que temos de reenquadramento da malha urbana do concelho de Angra do Heroísmo, que me parece merecedora de discussão antes mesmo do debate sobre o orçamento da Câmara Municipal, mas estou disposto a aceitar o entendimento do senhor presidente da Mesa e da maioria dos senhores deputados municipais.

Sr. presidente da Mesa – Fica em consideração a questão levantada quanto à eventual eleição de representantes suplentes para o Conselho de Ilha, algo que, como sabem, resulta de um decreto legislativo regional, daí que só a Assembleia Legislativa Regional tenha competências para proceder a essas alterações, embora possamos endereçar uma carta ao senhor presidente, sensibilizando-o para esta situação e tentar que esse decreto legislativo regional possa ser alterado no sentido de prever essa possibilidade.

Quanto à proposta que foi apresentada sobre o reenquadramento da malha urbana, depois do que foi falado na reunião de Conferência de Líderes e tendo em conta a data de entrada, a mesma foi agendada para o Ponto 4 da nossa Ordem de Trabalhos de hoje. Sob o ponto de vista legal e regimental, esta proposta deverá constar na nossa agenda por esta ordem, mas ponho à consideração da Assembleia, a possibilidade de a mesma ser alterada.

Sr. d. m. José Toste – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Pergunto se, na altura da afixação da Ordem de Trabalhos na reunião de Conferência de Líderes, ficou decidido que esta proposta seria ordenada para discussão posterior ao plano e orçamento da Câmara Municipal.

Sr. presidente da Mesa – Na reunião de Conferência de Líderes, o senhor deputado Carlos Costa Neves informou que o grupo municipal da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) iria solicitar o agendamento de uma proposta sobre o assunto em causa. Ficámos a aguardar a entrega do documento que deu entrada na terça-feira mas não foi discutida a sua prioridade na Ordem de Trabalhos.

Sr. d. m. José Toste – Tendo em conta os esclarecimentos prestados pelo senhor presidente da Mesa, o grupo municipal do Partido Socialista não se opõe à alteração da

Ordem de Trabalhos proposta pelo grupo municipal da Coligação, uma vez que a proposta em causa deu entrada num momento posterior à reunião da Conferência de Líderes.

Sr. presidente da Mesa – Esclareço os senhores membros da Assembleia Municipal que, por norma e de acordo com o regimento, em primeiro lugar discutimos os assuntos apresentados pela Câmara Municipal; no entanto, não havendo oposição da parte do grupo municipal do Partido Socialista, pergunto ao senhor presidente da Câmara se tem alguma objeção em relação ao que foi proposto pelo senhor deputado Carlos Costa Neves. Não havendo, a Mesa aceita a proposta do grupo municipal da Coligação (PPD/PSD, CDS-PP – PPM).

Sra. d. m. Sónia Pimentel – Senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados aqui presentes, bom dia a todos.

O senhor presidente da Câmara referiu que a obra do mercado municipal, há muito esperada pelos angrenses, já foi adjudicada. Sabemos que vai resolver grande parte dos problemas de estacionamento da nossa cidade, por isso gostaria que nos fizesse o ponto da situação sobre a previsão do seu início e como se prevê lidar com os constrangimentos da fluidez do trânsito.

Sr. presidente da Câmara – Muito bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal.

A obra do mercado municipal está adjudicada e também consignada, foi obtido o visto do Tribunal de Contas e o prazo está a decorrer. Trata-se de uma obra de conceção-construção, o que significa que a primeira parte do prazo é técnica e tem a ver com a criação e a respetiva aprovação dos projetos, o que também já foi obtido. O que foi acordado com os comerciantes que ainda utilizam aquele espaço, é que o mercado funcionará durante esta época do Natal e encerrará para obras logo a seguir ao dia de reis.

O empreiteiro já apresentou os projetos que foram devidamente aprovados e, para todos os efeitos contratuais, a obra está a decorrer. Encerraremos o mercado logo a seguir à época do Natal, serão postas à venda em hasta pública, algumas coisas que ainda lá restam e o empreiteiro tomará posse para iniciar a obra no *timing* que ele próprio definir, já que o prazo de execução está já em curso.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e executivo camarário, senhoras e senhores deputados municipais.

Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos fizesse o ponto da situação sobre o reordenamento do trânsito nas vias de circulação entre o Alto das Covas e o Fanal, tendo em conta a ideia desde há um ano e meio, de se criar ali uma rotunda. Gostaria que nos informasse também a respeito da melhoria do fluxo de trânsito perto da escola Infante D. Henrique no Alto das Covas e acerca do eventual espaço de estacionamento que a Câmara anunciou construir ali junto à Praça Almeida Garrett.

Tendo em conta que o Centro Interpretativo de Angra do Heroísmo foi inaugurado a 5 de dezembro de 2023, gostaria de saber se, além das paredes, o mesmo possui também a produção de conteúdos multimédia.

Por fim, peço que nos faça também o ponto da situação sobre a crise sismovulcânica, que temos vindo a acompanhar de forma consistente, sendo certo que as aplicações do CIVISA não têm registado atividade desde o dia 27 de novembro.

Sr. presidente da Câmara – Tivemos um atraso grande e continuamos com algumas dificuldades devido a uma questão relativamente estranha que surgiu e tem a ver com aquele triângulo diante do prédio que faz gaveto com a Rua de São Pedro. Em tempos houve ali uma bomba de gasolina situada em terreno particular, ou seja, uma parte daquela espécie de triângulo de passeio é propriedade municipal, mas a outra é privada e para podermos construir a rotunda desejada, foi preciso adquirir aquela parcela de terreno. Chegou-se a acordo com o proprietário mas a aquisição tornou-se algo complexa do ponto de vista do registo predial devido à necessidade de desanexar do prédio, aquela parte do terreno, mas estamos em vias de fazer a respetiva escritura para podermos dar início à obra.

A situação do Alto das Covas está interligada com a construção do mercado municipal que implicará o fecho por um período relativamente alargado, do troço da Rua do Rego entre a Rua do Pau São e a Rua da Queimada porque é preciso construir um muro de contenção para dar segurança à rua. Lembro que o novo mercado será construído a um nível que corresponde a cerca de dois andares abaixo do atual, o que implica uma enorme escavação e extração dos respetivos materiais em direção ao Alto das Covas, sendo também por ali a entrada da obra, o que significa que o troço funcionará nos dois sentidos.

O acesso à escola Infante D. Henrique no Alto das Covas será feito com segurança pela Rua da Boavista e pela Rua da Queimada, evitando que os pais dos alunos porem ali durante muito tempo. Está a ser construída uma espécie de passagem coberta para permitir a entrada e saída pelo lado direito da escola, o que resolve o problema de segurança porque passarão ali centenas ou milhares de camiões.

Infelizmente, tivemos um pequeno problema porque a empreitada de repavimentação e arranjo da Rua da Queimada ficou deserto, o que nos tem acontecido com grande frequência. A rua está asfaltada e terá que passar a calçada por estar situada na zona classificada, mas temos tido muitas dificuldades em contratar empresas que façam calcetamento.

Estamos numa situação relativamente caricata no que diz respeito ao estacionamento junto à Praça Almeida Garrett. Acontece que a Câmara Municipal comprou a maior parte daquele terreno, contudo uma das parcelas tinha sido adquirida pelo Ministério da Justiça há muitos anos logo a seguir ao sismo de 1980 para que ali fossem construídas as conservatórias. Entretanto a situação mudou e o Estado já não tem qualquer interesse, mas o edifício do tribunal é propriedade do município porque foi construído num terreno municipal de acordo com as trocas que foram feitas e com as atribuições legais que existiam nos anos sessenta.

Propusemos ao Ministério da Justiça a troca do terreno onde se situa o tribunal pelo terreno mesmo ao lado. A proposta foi aceite mas, no meio da burocracia lisboeta, acabaram

por transferir o terreno para o Governo Regional. Pedimos que aquela parcela de terreno fosse transferida para o município e estamos à espera que a situação se resolva.

Está feito e aprovado o projeto para a construção ali de dois andares de estacionamento com um bloco de apartamentos por cima. O nosso objetivo é a abertura de um concurso público para a realização da obra porque não há qualquer interesse em colocar o município no mercado imobiliário, mas não o podemos fazer enquanto o terreno não estiver registado a favor do município, e já andamos nisto há uns quatro ou cinco anos num processo lento e penoso.

O Ministério da Justiça transferiu o terreno para o Ministério das Finanças que faz a gestão do património do Estado. Por sua vez, o Ministério das Finanças esqueceu-se que era a Câmara de Angra a pedir e transferiu o terreno para o património da região autónoma dos Açores. O terreno onde está o tribunal continua propriedade do município até que se resolva a outra parte para não perdermos qualquer capacidade negocial. Entretanto, o senhor presidente do Governo Regional já manifestou a vontade de transferir o terreno para o município.

Pedirei depois ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra ao senhor vice-presidente Guido Teles, que tem a seu cargo a gestão do Centro Interpretativo, mas posso dar-vos já a notícia que ontem pela primeira vez usámos o auditório com o seu equipamento completo na apresentação do fórum taurino.

Passando à situação da crise sismovulcânica, que tem grande importância para todos nós, neste momento o número de sismos e microssismos reduziu-se extraordinariamente e de forma muito súbita. Passámos de uma situação de mais de trezentos microssismos por dia – os não sentidos – para uma situação que oscila entre os dez e os vinte, ou seja, uma redução da atividade sísmica na casa dos 90 %.

Esperemos que isto signifique o fim da crise, algo que todos desejamos ardentemente, contudo a história desta crise ensina-nos a sermos prudentes porque já acontecerem fenómenos iguais. Tivemos períodos de acalmia ao longo destes dois anos de crise e depois voltou a haver um recrudescimento. Estamos muito satisfeitos e temos uma razoável esperança que o assunto esteja em vias de resolução, mas devemos manter-nos vigilantes e prudentes.

Sem pretender antecipar o assunto que temos agendado na Ordem de Trabalhos de hoje, voltamos outra vez à questão da estrada do Raminho. A situação está calma mas não sabemos o que poderá acontecer amanhã, nem tão pouco na próxima hora, por isso é preciso muita prudência nesta matéria.

Ainda no que diz respeito à vigilância, devido ao histórico, o CIVISA mantém o nível de alerta V3, ou seja, como já tivemos acalmias como esta, vamos manter a situação durante mais alguns tempos até vermos como as coisas evoluem. A Câmara Municipal mantém-se vigilante com o Serviço Municipal de Proteção Civil num nível de alerta também elevado.

Sr. vereador Guido Teles – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e colegas vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Como o senhor presidente da Câmara acabou de informar, há cerca de um mês foi instalado o mobiliário no Centro Interpretativo, que ontem foi estreado na apresentação do fórum taurino. Estamos muito perto do fim do processo no que diz respeito aos conteúdos, um trabalho que envolveu mais de quarenta autores com uma série de temas relacionados com a história de Angra do Heroísmo e da ilha Terceira, que considerámos relevantes para o Centro Interpretativo. Neste momento faltam três ou quatro conteúdos de autores que pediram para procederem à entrega no início do próximo ano devido à conjugação com os seus compromissos profissionais.

Estamos assim numa fase adiantada de preparação de conteúdos, o que nos permite começar já a preparar o projeto de musealização da primeira sala. O objetivo é fazermos esta intervenção de forma faseada, sala por sala, em função do encerramento do trabalho de preparação dos conteúdos para cada uma delas.

Contamos avançar no próximo ano com a instalação da primeira sala, sendo certo que esta próxima fase do Centro Interpretativo envolve necessariamente um investimento considerável. O edifício vai funcionar sobretudo com meios digitais e simulações com tecnologia avançada bastante cara. Na melhor das hipóteses, estamos a falar de investimentos na ordem do milhão e meio de euros. Na fase seguinte o Centro Interpretativo custará cerca de cinco milhões de euros, o que significa que estamos muito dependentes do lançamento dos avisos de fundos comunitários para que nos possamos candidatar.

As coisas estão a avançar bem e esperamos novos desenvolvimentos no próximo ano para que o Centro Interpretativo tenha, pelo menos, a primeira sala em preparação e possa ser aberta ao público.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Considerando os constrangimentos existentes em matéria de construção civil, gostaria de saber o ponto da situação da empreitada da via do Lameirinho.

Sr. presidente da Câmara – Foi feita a quinta tentativa de adjudicação para a intervenção nesta estrada e vamos agora fazer uma pausa porque neste momento as empresas do setor estão a proceder a obras de relativa monta, nomeadamente aquela ligação entre a rotunda e a Ladeira da Pateira. As empresas apresentaram preços de quem demonstra não estar interessado, por isso vamos aguardar que a outra obra, à qual foi dada prioridade, tenha mais algum avanço para podermos lançar o concurso.

O município está a entrar com 1,3 milhões de euros na obra do Governo Regional mais acima. Estamos a fazer um investimento muito grande naquela zona e achamos melhor não fazer os preços subirem mais para evitar consequências, não apenas nas obras públicas, mas também nas obras privadas, porque depois tudo acaba por nos cair em casa. Como esta intervenção não é uma emergência, não é bom que o setor público sature o mercado e convém esperarmos mais um pouco para vermos se as coisas evoluem noutra sentido.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura dos pontos da Ordem de Trabalhos.

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL:

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de setembro a 31 de outubro, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – A atividade municipal manteve-se dentro da normalidade durante este período, sendo que a vertente financeira está marcada por alguma dificuldade de tesouraria da parte do município já que, para evitarmos atrasos do PRR, tivemos que fazer um adiantamento que neste momento ronda os 2,6 milhões de euros e ainda não fomos reembolsados, o que nos tem causado algumas restrições. Nos últimos dois meses temos estado à espera do ressarcimento das verbas já investidas e as coisas têm funcionado com normalidade, embora não estejamos a efetuar pagamentos com a celeridade que gostaríamos e estávamos habituados.

Neste momento somos o município açoriano com melhor execução do PRR e devemos estar entre os melhores a nível nacional. Não tenho conhecimento da execução de todos os municípios do continente, mas nas reuniões da Associação de Municípios em que esta matéria tem sido analisada, estamos bastante à frente da maioria dos municípios. Poderíamos já ter resolvido este assunto com recurso ao empréstimo que esta Assembleia aprovou, mas creio não ser ainda necessário e temos que ter alguma prudência para não fazermos dívida sem necessidade. Ainda estamos dentro da zona do tolerável e a minha expectativa é que o pagamento seja feito até 31 de dezembro porque as outras instituições precisam de transitar de ano com as suas despesas pagas. Se o assunto não ficar resolvido, então teremos que tomar outras medidas no início do próximo ano.

O PRR está neste momento com uma excelente execução, muito acima daquilo que eu esperava. Até agora temos conseguido empreiteiros para executar quase todas as obras, à exceção de uma que não teve concorrente mas já se conseguiu encontrar uma solução. Temos uma excelente execução do ponto de vista físico e financeiro com as coisas a decorrerem bastante melhor do que a nossa expectativa inicial. Uma boa parte das intervenções nos bairros já foi concluída e os arrendatários estão a voltar para os seus prédios.

Temos neste momento 25 candidaturas submetidas num valor total de sessenta milhões de euros para 489 casas, quarenta de nova construção e 449 de reabilitação. Foram aprovadas dezasseis dessas candidaturas, o que nos torna no município com mais candidaturas aprovadas a nível global com 35 milhões de euros de candidaturas aprovadas e outras em vias de aprovação. Catorze candidaturas têm o concurso concluído e um ficou deserto mas a lei permite uma negociação com os interessados e creio que o assunto está em vias de se resolver. Nesta altura vamos com 26 milhões de euros gastos, o que é muito melhor do que as nossas expectativas. O processo do PRR continua a ser dominante do ponto de vista do volume financeiro e do volume de trabalho da autarquia.

Um outro grande projeto tem a ver com vias, sendo que duas que estavam em obras estão já concluídas. Foi finalmente concluída a obra da ligação das Bicas de Cabo Verde à Boa

Hora, estando a decorrer a bom ritmo e a aproximar-se rapidamente do fim, uma segunda intervenção entre as Bicas de Cabo Verde e as Veredas.

Ontem foi também inaugurada a ligação das Doze Ribeiras à Terra Chã pelo Caminho de Cima, uma obra de grande dimensão que veio trazer outra segurança àquela zona do ponto de vista das cheias, criando também uma alternativa em caso de emergência. Passámos assim a ter dois caminhos que permitem ligar a zona urbana de Angra às Doze Ribeiras.

Outra grande obra que está a decorrer e se aproxima da fase final é a expansão do Parque Industrial. Estamos a colocar no mercado 41 novos lotes na zona sul do parque entre o aterro e a Feteira e mais catorze lotes na zona onde antes existia a lixeira que foi limpa pela TERAMB. Temos aquela zona loteada e devidamente infraestruturada e estamos a colocar no mercado mais catorze lotes, o que muda claramente o paradigma da possibilidade de investimento na ilha porque nos últimos tempos tem havido uma séria restrição de lotes disponíveis.

Ainda no Parque Industrial, foi feita a retoma dos lotes que não estavam ocupados. Há pouco mais de uma década houve alguma tentação de se fazer especulação imobiliária em que algumas entidades compraram lotes e depois não investiram. O regulamento do Parque Industrial permite que o município retome esses lotes e é o que estamos a fazer, ou seja, os lotes que não estavam ocupados, estão a ser retomados pelo município e vendidos a outras entidades que deverão concretizar os respetivos investimentos no prazo de dois anos. Esta obra tem uma questão por resolver que é a ligação entre a nova via e a Feteira. A estrada é florestal, está em terra batida e seria bom que o Governo Regional fizesse a sua parte do investimento com o asfaltamento desta ligação porque vamos ficar com uma excelente estrada que acaba num caminho de terra.

Houve uma situação menos boa em todo este processo. Não quero fazer a mesma figura nem cometer uma deselegância semelhante à do senhor Secretário Regional da Agricultura, quando mencionou a Câmara Municipal num sítio em que a mesma não tem assento, mas sou obrigado a fazê-lo porque isto aconteceu e tem a ver com a nova fábrica de laticínios, um assunto de extraordinária importância para esta ilha, dada a situação de oligopólio que se vive e as questões do preço do leite que todos conhecemos.

Da parte do município e dentro dos regulamentos que foram aprovados por esta Assembleia, houve a cedência de um lote e apressámos um investimento na ligação daquela estrada para sul; contudo, há algo que não podemos fazer e nunca dissemos que faríamos, como foi objeto de reunião com todas as partes interessadas. O município não pode aceitar águas de laticínios na sua estação de tratamento de águas residuais, sob pena de termos um cheiro insuportável e de correremos o risco de colapso da estação. Isto já aconteceu em tempos quando, da parte da PRONICOL, houve descargas de soro na estação, e todos nos lembramos dos maus cheiros.

Uma estação de tratamento de águas residuais urbanas está projetada para tratar as águas residuais das nossas casas e não pode, em caso algum, receber águas de laticínios que devem ser tratadas pela indústria até ao nível de carga semelhante às águas residuais urbanas para que possam ser injetadas na rede e a despesa de tratamento até esse nível é da

responsabilidade da indústria. Como obrigámos a PRONICOL a tratar os seus efluentes, não podemos construir noutra fábrica o que quer que seja, sob pena de criarmos uma situação de concorrência absolutamente desleal.

Foi dito com toda a clareza que o senhor Secretário tem que abrir fundos comunitários e já o deveria ter feito. Numa situação em que temos muitos milhões de euros de área agrícola a serem canalizados para outras áreas, porque não houve capacidade de execução, fico absolutamente chocado com a situação das infraestruturas onde se poderiam colocar os tanques de abastecimento de água e outras estruturas de apoio à agricultura. Está o município a construir reservatórios, como o que inaugurámos esta semana, enquanto há vários milhões de euros por executar de um quadro comunitário já encerrado, em risco de terem que ser devolvidos.

Não é aceitável que se chegue ao parlamento e se diga que se tem que abrir um aviso de dez milhões porque a Câmara não quis. Em primeiro lugar, a Câmara nunca investiria dez milhões de euros na fábrica de laticínios – porque não teria esse dinheiro – e nem se deve meter nisso sob pena de distorcer gravemente a concorrência e violar todas as regras do investimento privado.

O senhor Secretário não fez mais do que a sua obrigação ao abrir este aviso, algo que deveria ter feito há muito tempo, em vez de deixar pendurado em coisa nenhuma durante meses seguidos, aquele investimento que é estruturante para esta ilha. Peço desculpa aos senhores membros da Assembleia por trazer aqui um assunto que deveria ser discutido noutra assembleia, mas como não tenho lá assento, tenho que vos pedir um pouco de paciência e que me ouçam sobre isto.

Ainda no âmbito da atividade municipal, as outras obras que são feitas com as juntas de freguesia estão a decorrer razoavelmente bem. Na generalidade, as juntas de freguesia fizeram os investimentos a que se tinham proposto. Embora com alguns atrasos bem explicáveis pelas restrições que todos conhecem do ponto de vista da construção civil, estamos a conseguir um bom nível de investimento um pouco por todo o concelho.

Ainda a respeito deste assunto, tenho que dizer ao senhor presidente da Junta de Freguesia de São Mateus que não precisa de fazer com que a voz lhe doa porque tem assento nesta Assembleia Municipal, pode falar sempre que quiser e não precisa de ir para o parlamento discutir o que deve ser discutido aqui. Se alguma coisa tenho que lhe dizer, senhor presidente, é que em muitas sessões, o senhor chegou tarde, saiu cedo ou nem chegou a entrar aqui.

Os assuntos da Câmara são discutidos aqui e não precisam de ser discutidos noutros locais. A respeito de garrotes financeiros e vozes que doem, deixe-me que lhe diga que, em boa parte o dinheiro que o senhor tinha para investir, ainda não o investiu. Se alguma coisa acontece, com certeza não é por causa disto, é como acontece com outras juntas de freguesia que não têm capacidade para investir porque não conseguem fazer as obras. Há coisas que vêm de ano, um assunto que discutimos nas reuniões que temos com as juntas de freguesia, mas também não poderia deixar de o abordar aqui porque foi dito na televisão perante todos e estas matérias não devem ser tratadas assim.

Quero dar a esta Assembleia a boa notícia que este ano vamos ter uma excelente taxa de execução dos investimentos. Recentemente chegámos à casa dos 90 % e ainda vão acontecer algumas coisas, mas deveremos encerrar o ano do ponto de vista previsional algures na casa dos 92 ou 93 %, o que é muito bom. Temos um excelente ano do ponto de vista da execução do plano e do orçamento.

No que toca ao pessoal, neste momento estamos com 358 trabalhadores no nosso quadro e cerca de vinte pessoas de baixa ou fora daqui noutros serviços. Temos 327 pessoas ao serviço efetivo da Câmara, um número que temos mantido relativamente estável nos últimos anos. Temos vindo a concretizar os concursos que esta Assembleia autorizou, à exceção de dois que estão ainda a decorrer. Temos conseguido recrutar as pessoas de que precisamos com a expectativa de mantermos o mesmo nível de estabilidade no próximo ano.

O município de Angra tem mantido um elevado nível geral no que diz respeito à atividade cultural. O número de eventos que acontecem nesta cidade é muito elevado sem comparação com qualquer outra cidade ou concelho com a nossa dimensão, mesmo considerando a população global da ilha. Temos editado muitos livros, além daquele que foi financiado pelo município com a Junta de Freguesia dos Altares e objeto do prémio já aqui referido, e serão anunciados em breve dois outros livros que foram também objeto de prémios cuja edição foi apoiada pelo município.

Sem pretender fazer grande gala porque procuramos fazer sempre melhor, quero informar ainda que o município de Angra do Heroísmo recebeu um conjunto de galardões que muito nos honram, em particular os funcionários da casa. Esses galardões não foram conquistados por mim nem pelos senhores vereadores, são o resultado do trabalho de muita gente que desempenha funções nesta Câmara. O município angrense foi distinguido em múltiplas áreas ao longo do ano entre aqueles que melhor desempenho têm no país.

Está também para conhecimento desta Assembleia, o Anuário dos Municípios de Portugal, edição referente ao ano 2023, onde consta a análise financeira dos municípios de todo o país e o nosso está entre os melhores, o que é muito bom. Este foi um bom período de atividade municipal, estamos numa boa situação e pretendemos mantê-la assim.

Sr. d. m. Paulo Gomes (presidente da J. F. de São Mateus da Calheta) – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais, senhores presidentes de juntas de freguesia.

Visto que fui visado pelo senhor presidente da Câmara, começo por dizer que a minha intervenção surgiu num debate em que referi um ou dois pormenores relativamente à Câmara Municipal. O senhor presidente diz e muito bem, que os assuntos devem ser discutidos aqui, então vamos discuti-los, embora o tenhamos já feito em quatro reuniões entre o executivo da Câmara e o executivo da Junta de Freguesia de São Mateus.

Para que todos percebam, o executivo da Junta de Freguesia aprovou os orçamentos da Câmara Municipal durante dois anos e nunca houve uma voz crítica relativamente os anseios da vila de São Mateus, que não estão a ser aprovados ou autorizados. Durante dois anos – e já vamos para três – o executivo da Câmara Municipal nunca apoiou em um euro os pedidos da

Junta de Freguesia; é claro que existem os contratos interadministrativos, os vinte mil euros que são entregues a todas as juntas de freguesia, mas fora isso, nunca foi dado um euro à Junta de Freguesia de São Mateus em qualquer situação que tenhamos pedido. As restantes juntas de freguesia de todos os partidos têm sido contempladas, e bem, e não me faz diferença nenhuma; podem dar um milhão de euros a cada freguesia, que fico contente por eles, mas há situações que mereciam e até nem custam muito.

Uma das razões que nos levaram a votar contra o orçamento ao fim de três anos tem a ver com a piscina do Negrito. Durante quatro reuniões entre o executivo da Câmara Municipal e o executivo da Junta de Freguesia de São Mateus no início e no final de 2022 e também no início e no final de 2023, foi-nos sempre dito que a requalificação da piscina do Negrito iria acontecer a breve trecho. Aquando da primeira reunião em janeiro ou fevereiro, foi dito que a obra iria começar em abril, depois em setembro e no ano passado na aprovação do orçamento aqui na Assembleia Municipal, foi-nos dito que afinal a obra não iria avançar.

Há ainda um conjunto de pedidos que fomos fazendo relativos a outras situações, tudo para bem das pessoas e não para o bem do meu executivo, porque estou aqui para trabalhar para as pessoas. Recentemente foi pedida a autorização para um projeto de criação de quarenta lugares de estacionamento no Biscoitinho. Sabendo que o centro da vila de São Mateus tem falta de espaços para estacionamento, falámos com os pescadores que lá laboram e todos se mostraram de acordo, mas o pedido foi rejeitado. Propusemos a criação de mais espaços para estacionamento em frente à casa mortuária, porque os clientes do restaurante que existe em frente, estacionam no espaço reservado, mas esse pedido foi também rejeitado. Pedimos um apoio para a celebração do 1.º aniversário da vila, nem que fossem cinco euros para uma garrafa de champanhe, mas esse apoio foi também recusado.

No início do nosso mandato explicámos à Câmara Municipal que era fundamental que São Mateus tivesse um armazém que faz falta às comissões de festas e também à Junta de Freguesia. Estamos a falar da freguesia do concelho de Angra com mais população e a Câmara optou por não apoiar a construção nem a compra. O bem dos outros nunca me afetou e alguns meses depois a Câmara acabou por apoiar, e bem, a compra de um armazém ao Clube dos Motards.

Ando também a pedir há três anos que seja feita uma alteração ao trânsito ao lado da igreja paroquial, algo que as pessoas querem e também não custa dinheiro. Havia lá um sinal de trânsito, que foi retirado e temos ali um caos diário no trânsito.

No início de 2022 foi-nos solicitado que indicássemos as duas ruas de São Mateus que estivessem em piores condições para que fossem pavimentadas. Passaram três anos, nenhuma das ruas foi pavimentada e temos outras a necessitarem de pavimentação. Foi também solicitada a colocação de cimento ou alcatrão em dois becos de calçada onde mora muita gente, incluindo pessoas com cadeiras de rodas que têm dificuldades em circular ali, mas há três anos que andamos a pedir e nada.

A Junta de Freguesia de São Mateus criou um protocolo com a Gê-Questa respeitante ao Forte Grande que durou vinte anos e terminou em 2021, mas conversámos com a Gê-Questa e conseguimos fazer com que a Junta de Freguesia e o povo de São Mateus pudesse utilizar

aquele espaço. Era nossa intenção que a casa de banho exterior fosse utilizada durante o verão para dar apoio à zona de banhos, mas foi-nos dito que não e continua com a Gê-Questa, quando o Forte Grande está fechado durante todo o ano e apenas é utilizado uma ou duas vezes.

A Canada do Escorregadio que fica na Rua da Luz não permite a entrada de um camião dos bombeiros, mas fizemos um acordo verbal com um morador que cede um metro do terreno à Câmara Municipal para permitir a deslocação do muro um pouco mais para trás.

Senhor presidente da Câmara, nada do que eu aqui disse é contra si, apenas constatei alguns factos. Tudo isto me deixa triste porque acho que as pessoas de São Mateus votaram neste executivo e não merecem o que acabei de referir.

Quanto aos investimentos, alguns estão em fase de conclusão mas estão todos pagos da nossa parte. Como o senhor presidente da Câmara explicou, existem atrasos nos pagamentos dos contratos interadministrativos, o que compreendemos porque sabemos como estas coisas funcionam.

As placas de boas-vindas em todas as entradas de São Mateus estão em fase de elaboração por parte do Atelier de Design do António Ivens. O material foi todo pago e aguardamos a sua entrega a breve trecho.

Sr. presidente da Câmara – Intervenho apenas para prestar alguns esclarecimentos complementares. Estas são, de facto, algumas questões que o senhor presidente da Junta de Freguesia de São Mateus apresentou ao longo dos anos e não disse nada que não fosse verdade, mas creio que, se pedirmos aos outros senhores presidentes de juntas de freguesia que tragam também aqui as suas frustrações, com certeza serão muitas. Como é óbvio, não podemos dizer sempre que sim a tudo e todas as juntas de freguesia gostariam de ter algumas coisas que não têm.

Quanto às questões de natureza financeira que foram colocadas em causa, aproveito para informar que no ano 2022 aprovámos 69 076,00 € e a freguesia de São Mateus executou 67 000,00 €. Em 2023 aprovámos 78 000,00 €, a freguesia executou 75 000,00 €. Em 2024 foram aprovados 72 000,00 € e a freguesia executou 67 000,00 €. No corrente ano ainda estão em falta alguns relatórios mas, infelizmente, a freguesia de São Mateus não está sozinha. Anteontem foi assinado um aditamento a um contrato porque foi preciso mudar o objetivo, já que a obra que se queria fazer, não se fez.

Não há nenhum garrote financeiro colocado a São Mateus, o que há são acordos e desacordos sobre o que deve ou não deve ser feito, uma análise que a Câmara faz, assim como o senhor presidente da Junta de Freguesia tem todo o direito de fazer, e podemos sempre concordar em discordar.

A razão pela qual se manteve a utilização do Forte Grande foi porque candidatámos e temos uma razoável expectativa de ver aprovada nos fundos da GRATER, a recuperação daquele edifício. Começou-se uma obra que, infelizmente, o empreiteiro ainda não deu boa conta e continua lá a trabalhar. Há uma requalificação grande a fazer ali que será financiada pelos fundos do PRORURAL.

A piscina do Negrito faz parte dos investimentos que o município gostaria de fazer, contudo temos sido presenteados todos os anos com despesas nas zonas balneares devido à destruição causada pelo mar. Há dois ou três anos, fizemos no Negrito um dos maiores investimentos na melhoria e segurança do solário e este ano vamos ter que fazer outro grande investimento porque, infelizmente, o muro da piscina tem uma infraescavação enorme, uma caverna que implicará fazer praticamente aquele muro todo de novo, e os potenciais empreiteiros já se deslocaram ao local para apresentarem as suas propostas de preços. Temos toda a disposição para discutir estes assuntos aqui e ainda bem que o fazemos, porque é esse o meu objetivo.

Sr. d. m. José Toste – No âmbito das questões aqui levantadas, chamo a atenção para um problema que foi identificado no molhe de proteção do porto de São Mateus com grande risco para pessoas e bens, algo que a Câmara Municipal tem sinalizado em sede de análise do Plano e Orçamento da região desde há quatro ou cinco anos. Foi colocada uma questão relativa a algum deslocamento das pedras que constituem aquele molhe de proteção, sendo que havia outras mais laterais, também de natureza regional.

Trago o assunto à colação por se tratar de uma preocupação da Câmara Municipal que, há largos anos, tem chamado a atenção para a necessidade de intervenção naquele molhe, tendo obtido uma resposta lateral relacionada com um suposto garrote financeiro do município à freguesia de São Mateus que, como ficou aqui bem claro, dispõe do mesmo tipo de financiamento e tem as mesmas preocupações das outras freguesias do concelho que, tendo em conta a limitação de recursos, infelizmente não podem ser todas atendidas ao mesmo tempo.

Quanto à questão da bomba na piscina do Negrito e o motivo para o voto contra o anterior orçamento do município, à época foi clarificado que havia prioridades em termos de investimento nas zonas balneares, uma justificação por todos conhecida, que não deve ser ignorada.

Em nome do grupo municipal do Partido Socialista, apraz-me dizer que temos a certeza que o executivo municipal respeita e gere com rigor e parcimónia a verba de que dispõe para todas as freguesias do concelho.

Sr. d. m. Paulo Gomes (presidente da J. F. de São Mateus da Calheta) – Quanto às execuções, estou em contacto com o meu contabilista para aferir a situação. Não olhamos a meios para gastar os valores da delegação de competências que a Câmara nos dá e até penso que gastámos mais do que recebemos. Temos uma empresa que faz a manutenção dos espaços verdes e muitos homens a trabalhar através de diversos programas e não olhamos a meios para mantermos tudo limpo. Este ano, dos vinte mil euros do contrato interadministrativo, sei que executámos mais de dezanove mil e não vamos inventar uma fatura de duzentos ou trezentos euros só para chegarmos aos vinte mil. Executámos o que foi planeado e ficaram a faltar duzentos euros, pois ainda bem porque conseguimos melhores preços e poupámos algum à Câmara Municipal.

Vou informar-me em relação às outras situações e perceber o que se está a passar. Penso que recebemos cinquenta e tal mil euros através da delegação de competências e gastámos claramente muito mais do que isso para fazermos os serviços que a Câmara Municipal propõe em parceria com a Junta de Freguesia.

Respondendo agora ao senhor deputado José Toste, percebo que não possam fazer, mas não precisavam de andar a dizer durante dois anos que era dali a dois meses. Não podiam, não podiam. Bastava dizer que não podiam fazer; a questão é só essa.

Sr. presidente da Câmara – A respeito do «não poder fazer», foi dito com toda a transparência na última discussão igual a esta que não o faríamos no ano 2024, portanto não houve nenhum adiamento.

Há pouco esqueci de mencionar duas situações muito importantes, que depois teremos melhor oportunidade de discutir quando reunirmos com todas as juntas de freguesia em meados de janeiro. O senhor vereador Paulo Lima tratou do assunto dos dois espaços de estacionamento e acabou de me informar que, a única coisa que se disse foi que não fizessem o muro junto à casa mortuária devido a um problema que, infelizmente, está a acontecer um pouco por todo o lado. Quando criamos lugares escondidos, acaba por acontecer aquilo que não queremos que aconteça e não me parece que um espaço junto a uma casa mortuária deva estar sem visibilidade porque não queremos que aconteça ali o que normalmente acontece nesses espaços; de resto, foi dito que podiam fazer a alteração no estacionamento.

Quanto ao outro espaço, o senhor deputado sabe melhor do que eu que foi uma opção política do Governo Regional, optar por construir um espaço para quem precisa de fazer o aparelho. Não vamos despejar quem faz ali o aparelho enquanto esse espaço não foi feito. Os senhores construam primeiro a vossa parte, que nós a seguir iremos à outra. O que não faz sentido é criar uma necessidade onde ela não existe e abrir um debate que também não devia existir. Quem faz o aparelho ali, é deixá-lo fazer. Não vamos pôr carros a ocupar aquele espaço porque as pessoas precisam dele, pelo menos até que o senhor dê boa conta da outra obra, na qual já lançou a primeira pedra há não sei quanto tempo, mas acho que a pedra ficou sozinha.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Ainda a respeito da atividade municipal, considerando que o projeto «Angra Bike Sharing» está a decorrer há cerca de um ano e meio, peço ao senhor presidente da Câmara uma avaliação a respeito da adesão, dos custos de manutenção e se os constrangimentos iniciais foram ultrapassados.

Tenho uma outra questão acerca do novo edifício adjacente à sede da Câmara Municipal. Considerando que está pronto há largos meses, gostaria de saber para quando se prevê o seu pleno funcionamento, tendo também em conta a preocupação do senhor presidente da Câmara acerca da necessidade de mudar para outro local as sessões da Assembleia Municipal para não danificar o piso deste salão nobre.

Sr. presidente da Câmara – Faço pessoalmente uma avaliação muito negativa do projeto «Angra Bike Sharing». A despesa não é muita, temos um contrato de manutenção de 2500 euros mensais, mas as bicicletas não são tão boas como eu gostaria, as avarias têm sido

muitas e é enorme a quantidade de bicicletas que aparecem destruídas e semidestruídas. Um dos problemas tem a ver com o material em si, uma questão que o fornecedor tem vindo a fazer os possíveis por resolver e tem resolvido, por outro lado temos o vandalismo e a falta de cuidado de quem as utiliza.

Infelizmente, temos muita gente na nossa terra que acha que aquilo que é de todos, não é de ninguém; esse é o principal inimigo do projeto, que tem sofrido muito com a má utilização dos equipamentos, o que se traduz numa percentagem muito razoável de bicicletas que vão ficando inoperacionais a cada dia que passa. Se olharem para os suportes, verão que faltam lá muitas bicicletas que estão em constante reparação. Quando começaram a surgir estas situações, informei-me junto de outros municípios, onde, afinal, o problema também existe, assim como acontece fora do nosso país.

A partilha destes equipamentos é uma excelente ideia mas tem um grande inimigo que é o vandalismo e a falta de respeito pela propriedade coletiva. Em Bruxelas tiveram que tomar medidas drásticas de controlo e outras cidades estão a retirar os equipamentos. É uma ideia generosa que poderá dar bons resultados mas acarreta um conjunto complexo de problemas e não está a decorrer como desejaríamos. Tem-se vindo a resolver os problemas, mas o projeto é claramente não satisfatório.

O novo edifício aqui ao lado está a funcionar na sua essência; foram transferidos para lá quase todos os serviços pretendidos, faltando o atendimento ao público, que implica a construção, no rés do chão, dos balcões e todas as estruturas de atendimento. O projeto já foi adquirido e visto, faltando agora a aquisição de equipamentos.

O espaço por debaixo de nós, esta metade de cá onde funcionava a informática, já está vazio. A rede informática e os sistemas de servidores transitaram para o novo edifício e logo que o serviço de atendimento seja também transferido, terá que ser feita uma obra relativamente grande para remoção daquelas pequenas divisões, que a falta de espaço no passado obrigou a construir. Tudo aquilo tem que ser retirado para ficarmos com um espaço no andar de baixo com a mesma dimensão desta sala, mas dividido a meio por duas ordens de arcadas, que são estruturais e não podem ser removidas.

Da parte da arquitetura já encontraram uma solução para a realização das sessões da Assembleia Municipal daquele lado onde agora está o atendimento, criando um fundo adequado numa das portas que já não tem uso na fachada do edifício para que as pessoas fiquem sentadas viradas para lá com a parte de trás disponível para o público e para o apoio. É um processo com alguma complexidade para que possamos ter uma sala condigna com alguma qualidade do ponto de vista arquitetónico e construtivo. Creio que hoje, devido a um impedimento na escadaria, a maioria das pessoas já usou o elevador do novo edifício.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Muito bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

Vou fazer um pequeno comentário que me parece importante nestes tempos tumultuosos em que vivemos. Dizer que tudo corre na normalidade é pouco, senhor

presidente da Câmara. Estamos contentes com o desempenho da Câmara, mas isto da normalidade em tempos tumultuosos parece-me um bocadinho estranho.

O Prémio Nobel deste ano Daron Acemoglu diz que os países não são desenvolvidos por questões económicas devido aos monopólios ou por razões políticas por não haver democracia. Este diálogo entre a freguesia de São Mateus e a Câmara Municipal é a prova que temos democracia e até mesmo uma alternância democrática no arquipélago, mas não temos economia porque o poder público não é capaz de ter coragem para mudar a chave. Nesta ilha não mudamos a chave da UNICOL, que pode ser uma união de cooperativas, mas estando associada à empresa lá de fora que detém a maioria, deixa de ser uma cooperativa, e não é preciso construir uma nova fábrica, que vai aparecer pela própria dinâmica. É preciso coragem para dizer isto porque o ato de governar é também saber quebrar monopólios; os Estados Unidos da América são desenvolvidos porque quebram os monopólios.

No caso da ilha Terceira há este medo de quebrar monopólios em relação à UNICOL, que tem feito um ótimo serviço e eventualmente em determinada altura foi fundamental, mas quando é controlada por fora, comporta-se como uma empresa privada, não deixando as pessoas saírem para depois entrarem. É preciso que haja pessoas com coragem para lançarem uma nova fábrica, mas para isso são precisos quarenta milhões, quando bastaria uma alteração nas regras do jogo para que fossem aparecendo novas pequenas fábricas.

O mesmo se passa com a SATA. Os meus companheiros de bancada passaram-me a informação que a SATA está superlotada e assim vai continuar, por isso volto a perguntar quando será tempo de o município liberalizar o transporte aéreo, pelo menos inter-ilhas de e para a Terceira. A liberalização do transporte aéreo é um elemento fundamental para que a Terceira passe a ter uma relação de centralidade em relação ao arquipélago e mais ainda, uma maior atratividade de turistas que nos visitam e depois querem ir à Graciosa ou a São Jorge. Há aqui pequenas lutas que não precisam de normalidade, o que precisam é de anormalidade, de gritar, de um bocadinho de coragem e um pouco mais de visão.

Em relação à estrada do Raminho, já que foi localizada num sítio que não devia, porque não, pensar numa outra localização pelo interior, já que não há ali nenhuma freguesia para servir entre a Serreta e o Raminho? Andamos nisto há um ano e não aparecem soluções. Muitas estradas do mundo são feitas em sítios em que, por vezes, os terramotos fazem com que não sejam sustentáveis, mas há alternativas possíveis.

Mudando de assunto, já fiz esta pergunta várias vezes mas volto a questionar onde vão ficar localizadas estas quarenta novas casas. Se não houver acessibilidades, as pessoas que não têm acesso aos empregos vão continuar pobres.

Finalmente e quanto às bicicletas, é mais uma vez a questão de se perceber onde está a procura. Em todo o lado está a haver uma reação maliciosa de quem quer continuar com os carros dentro das zonas urbanas para tornar as coisas mais difíceis. É claro que aparecem uns chicos espertos a quererem vender umas bicicletas porque estão na moda – a iniciativa privada tem essa capacidade – mas evoluímos de uma cidade que andava com carroças e não conseguimos fazê-la funcionar com carros; agora, numa urgência que é mundial, queremos transformar as cidades para que tenham mais acessibilidades e somos aliciados por estas

empresas que vendem gato por lebre e não atenderam à procura, porque aquilo é complicado de levantar pelos mais velhos e fazem-se pequenas coisas que não resultam. Em Lisboa não permitem as trotinetas a menos de trezentos metros das casas, por isso é óbvio que não funcionam. Neste terceiro milénio, se não formos sérios e não tivermos em conta todos os aspetos para uma mudança de paradigma, estamos a atirar dinheiro à rua.

Sr. presidente da Câmara – Quando referi «normalidade» não quis dizer que o município não está a fazer o que deve; contudo, estou de acordo com o senhor deputado Tomás Dentinho, porque temos que mudar um conjunto de coisas, mas fazemos o que nos for possível no âmbito municipal.

As bicicletas até funcionam e temos pessoas nesta cidade que já as usam diariamente para se deslocarem para os seus locais de trabalho mas, infelizmente, temos um conjunto de outras pessoas que não lhes dá o uso adequado, praticando vandalismo e causando avarias. Se todos usassem as bicicletas de forma adequada, o projeto funcionaria magnificamente. A grande maioria das avarias resultam do mau uso, uma situação muito difícil de resolver porque não podemos estar em todo o lado a ver tudo. Não creio que o sistema seja assim tão complexo, aliás, não é tão fechado como gostaríamos porque já houve quem descobrisse como retirar as bicicletas sem identificar a pessoa. Numa sociedade ideal não precisaríamos de pagar nada nem de utilizar um cartão de crédito para usar uma bicicleta mas, infelizmente, não é esse o sítio em que vivemos e os problemas são mais do que muitos, apesar de toda a segurança que é aplicada em torno das bicicletas.

Passando à questão das casas, infelizmente para todos nós, não vamos construir quatrocentas novas casas, são apenas quarenta e as restantes são recuperações de habitações existentes. Como foi indicado na última sessão da Assembleia Municipal, as quarenta novas casas serão construídas aqui em Angra nas freguesias da Conceição e de Santa Luzia.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – No que diz respeito às bicicletas, de uma forma positiva vejo alguma generosidade e pela negativa vejo alguma carga ideológica, ou seja, se existem empresas de aluguer de carros, porque não existem empresas de aluguer de bicicletas? Não me parece que isto tenha que ser público e conheço vários exemplos em que empresas privadas asseguram o aluguer de bicicletas, e não necessariamente na via pública, como estas estão escalonadas. Uns pensam que o Estado deve fazer tudo, enquanto outros tomam a iniciativa e aproveitam a oportunidade de negócio. É aqui que diferimos e onde existe o nosso principal ponto de separação. É o vosso desvanecimento com o Estado e o nosso desvanecimento com as pessoas.

Ainda a respeito de São Mateus, houve claramente aqui uma certa tensão na troca de palavras em que cada um responsabilizará o outro, como é costume nestas coisas, mas penso que não é necessária esta acrimónia. Estou certo que, se o presidente da Junta de Freguesia de São Mateus fosse o anterior e acumulasse até funções de vereador, tudo seria mais pacífico e tratado de uma forma mais aberta, direta e construtiva. A sensação que tenho é que há uma raivinha com a Junta de Freguesia de São Mateus – que por acaso é a minha – assim como há um amor acrisolado com outras freguesias, não necessariamente do PS, mas

também do PSD. Há realmente aqui um incómodo especial com São Mateus que era território conquistado e sabe especialmente mal não continuar sob o domínio socialista, mas vamos ter eleições para o ano.

Nessa aparente generosidade do passado, a Câmara Municipal decidiu apoiar uma associação de mulheres de pescadores. É um investimento grande e discutível, até porque São Mateus não possui um salão e tem muito poucas estruturas sociais para a vila que é. O que se passa em relação ao financiamento que a Câmara concedeu e parece ter dado para o torto? Esta é a minha questão central e o resto são jogos florais.

Quero assinalar com grande satisfação que, ao fim de quase vinte anos, o edifício do Governo Regional em São Pedro entrou em obras, mas existem três áreas urbanas, cuja situação atual incomoda especialmente os angrenses. Refiro-me aos silos, ao hospital antigo que é um terreno apreciável, e também a depósitos de combustível. Não vou perguntar ao senhor presidente da Câmara, de quem são ou deixam de ser estes espaços urbanos, mas gostava de perceber como, pelo menos dois deles, sendo originalmente públicos, chegam agora a proprietários que aparentemente especulam com o respetivo preço. Não sei se o senhor presidente da Câmara tem o histórico, mas há aqui qualquer coisa que me incomoda.

Sr. presidente da Câmara – Começando pela primeira questão, não me parece que haja aqui nenhuma diferença ideológica. Se o senhor deputado encontrar alguém interessado neste negócio das bicicletas, faça o favor de nos indicar porque será um alívio para todos nós. Não há nenhuma vontade de ter uma coisa pública, o que há é a necessidade de fomentar uma atividade que nenhum privado quis assumir, algo que não se passa apenas em Angra do Heroísmo. Tem sido assim em todos os sítios, incluindo os mais capitalistas deste mundo, porque este é um negócio difícil com riscos muito elevados já que o seu detentor fica à mercê de vandalismos. Não temos nenhuma vontade de sermos donos das bicicletas, apenas aproveitámos um plano da União Europeia com um financiamento específico para este fim. Temos as bicicletas, mas estamos sempre disponíveis para negociar com quem as queira explorar, porque não é fácil.

Sobre as questões de São Mateus, já falámos o suficiente, mas voltarei a falar com o senhor presidente da Junta de Freguesia em devida altura; o que queremos é paz e amor e a boa amanhã, como diz o nosso povo.

A casa das mulheres dos pescadores, aparentemente faliu ou faliu mesmo; já pedimos a restituição das verbas investidas e o mesmo acontecerá com as verbas da União Europeia e do Governo. Esta questão terá que ser resolvida de acordo com o que acontece quando uma entidade vai à falência. Mal tivemos conhecimento da situação, foi oficiado o pedido da restituição do dinheiro, agora veremos o que resta daí.

No que diz respeito às três áreas há pouco referidas, creio que os depósitos de combustíveis sempre foram privados. Em relação aos silos, tratou-se de uma privatização feita nos anos oitenta, de uma empresa nacional que sucedeu às antigas comissões dos cereais e não houve nenhuma intervenção da região nem do município. A questão foi resolvida pela administração central, que tinha a propriedade dessa empresa pública chamada EPAC.

A região negociou o antigo hospital como contrapartida para a construção do novo hospital e por essa via foi parar a um fundo de investimento que, por sua vez, o vendeu a outro fundo. Temos estado em negociações sobre esta matéria mas ainda não conseguimos chegar a um acordo sobre os valores e o que fazer. O município tinha interesse em adquirir aquele imóvel – uma das razões pelas quais, esta Assembleia aprovou na sua última sessão, a possibilidade de contrairmos um empréstimo – mas terá que ser por um preço justo e com condições adequadas. Como o prédio está em ruínas, estão a pagar 600 % de IMI, mas desconheço o valor exato. O que vos posso dizer é que o município tem interesse naquele espaço porque é possível fazer ali uma centena de apartamentos, uma forma de resolvermos uma boa parte da restrição de habitação existente no concelho, ao mesmo tempo que teríamos uma intervenção significativa na regulação do preço do imobiliário que sofreu uma aceleração nos últimos anos, atingindo nos últimos meses, valores inacessíveis à generalidade das pessoas que vivem nesta ilha. Seria fundamental que a classe média tivesse acesso a apartamentos a preços controlados, mas tudo isto implica negociações com um privado.

Quanto aos silos, está a ter início uma obra que vai ocupar todo aquele espaço até ao McDonalds. Uma parte ficará devidamente reestruturada ao longo deste ano, restando o lote onde estão situados os silos e o outro ao lado entre os silos e a EDA. Como estão na mão de privados, não sei o que vai acontecer.

Não conheço nenhuma iniciativa em torno do terreno da antiga zona dos combustíveis, mas a verdade é que temos um conjunto alargado de edifícios que foram adquiridos com estes fundos de investimento e ficam praticamente imobilizados anos sem fim, como acontece no lado sul da Praça Velha com o edifício que era dos Barateiros e com a parte ao lado do café que pertencia a um banco e foi também parar a um desses fundos.

Provavelmente, encontraremos na cidade de Angra, umas boas dúzias de prédios que pertencem a fundos desta natureza e seria importante que a Assembleia da República legisse sobre o assunto porque se criou um sistema mais favorável do ponto de vista fiscal, um problema nacional que não podemos resolver porque tem a ver com o direito de propriedade.

Temos em Angra do Heroísmo, uma pequena amostra do gigantesco problema existente em cidades como Lisboa ou Porto, que possuem milhares de imóveis nestas condições. Foi uma opção tomada numa altura em que se pretendia criar investimento no imobiliário, um caminho que a história demonstrou não ter sido o melhor. É preciso rever esta situação o quanto antes para que estes imóveis voltem rapidamente ao mercado, mas o único mecanismo que os municípios dispõem é o que esta Assembleia aprovou há vários anos, ou seja, as majorações e minorações de IMI, o que significa umas centenas de euros apenas perante milhões de investimentos. O agravamento ou desagravamento do IMI é útil para pequenos investidores e para os privados mas não tem qualquer significado para as grandes empresas. É a triste realidade que vivemos, uma questão que tem necessariamente que passar pela Assembleia da República e pela regulação do investimento imobiliário.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Agradeço as explicações dadas pelo senhor presidente da Câmara.

A discussão da associação das mulheres dos pescadores está, de alguma forma, ligada à discussão anterior sobre o apoio a São Mateus. Com o maior respeito pela associação em causa, foi construído um edifício maior do que a área, invadindo praticamente o espaço público. Como se diz no continente, tentou-se meter o Rossio na Betesga.

Além do apoio de várias entidades, esta associação recebeu 130 mil euros da Câmara Municipal e acabou ao fim de dois ou três anos. Não podemos ignorar que o seu propósito talvez não tenha sido cumprido, e como não conheço o processo, não percebo como uma associação destas vai à falência. Talvez os 130 mil euros tivessem sido mais úteis para projetos que a Junta de Freguesia de São Mateus tem em cima da mesa, do que para a associação das mulheres dos pescadores, mas foi uma questão de escolha.

As relevantes respostas que nos foram dadas pelo senhor presidente da Câmara acerca dos terrenos públicos, põem-nos do mesmo lado. Apesar de essas negociatas e a troca do edifício velho pelo novo, não serem da nossa competência, talvez um dia valha a pena que alguém escave um pouco este processo, um assunto para a Assembleia Legislativa Regional, já que os atuais proprietários pedem mais de cinco milhões de euros por um espaço que vale pouco mais de um milhão. Cada um sabe de si, o terreno não é meu e não faço parte de nenhum desses fundos, mas não se deveria ter deixado escapar para o domínio privado, um espaço tão relevante para a cidade de Angra. O que está feito, está feito e como ensina o povo, não vale a pena chorar sobre o leite derramado, embora não queira dizer que não valha a pena saber como determinadas coisas se passaram.

Terminadas as intervenções, a informação sobre a atividade municipal foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal. 65/2024/AMAH.

1.2 – Aplicação do regime de derrama para 2025, para autorização do órgão deliberativo, nos termos da alínea d) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – No ano 2025, pretende-se manter rigorosamente o mesmo regime que foi aplicado nos anos anteriores, ou seja, manter a isenção de derrama para as empresas com sede no nosso concelho e aplicá-la às que desenvolvam cá atividade, mas tenham sede fiscal fora do concelho.

A proposta foi aprovada por unanimidade. (66/2024/AMAH).

1.3 – Proposta de fixação em 0,25% o percentual da taxa municipal de direitos de passagem para 2025, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro e artigo 18.º do Regulamento Municipal de Taxas de Angra do Heroísmo.

Sr. presidente da Câmara – Mais uma vez se pretende manter a situação que vigora há vários anos, ou seja, aplicar às empresas que utilizam espaço municipal para passar cabos, esta taxa que está legalmente fixada.

A proposta foi aprovada por unanimidade. (67/2024/AMAH).

1.4 – Proposta de taxas do IMI – Imposto Municipal de Imóveis, para 2025, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Sr. presidente da Câmara – Pretende-se mais uma vez a manutenção do regime que está em vigor há vários anos, exatamente com a mesma modulação do ponto de vista das áreas e dos valores.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Aproveito para saudar a medida para minorar o IMI nas freguesias com maior perda demográfica. A Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) sempre se assumiu a favor de um regime de isenção de IMI para prédios na zona classificada com especial necessidade de manutenção e conservação. Atendendo à legislação atualmente em vigor desde 2023, a zona classificada de Angra do Heroísmo passou a pagar IMI. Neste ponto que estamos a discutir, pagam IMI com o minorante de 30 %, salvo os prédios que apresentem dissonâncias arquitetónicas ou estejam devolutos. Gostaria de perceber qual o procedimento usado até agora para aferir as dissonâncias arquitetónicas, quantas já foram encontradas e qual o impacto financeiro.

Sr. presidente da Câmara – Até agora temos feito pouco nesta matéria, que tem uma particular dificuldade. O assunto é claro no que diz respeito aos prédios devolutos e em ruínas e mais uma vez, trata-se de uma questão nacional que não podemos resolver porque os municípios são apenas o sujeito recebedor do dinheiro do IMI. Fixamos aqui esta taxa, a deliberação é comunicada à Autoridade Tributária, que liquida o IMI, e não temos qualquer controlo sobre os valores ou a forma como são liquidados.

Comunicaremos esta deliberação esta semana e comunicámos até ao último dia do mês de novembro, a lista dos prédios que estão devolutos e em ruínas. Fizemos uma vistoria na cidade e foi fácil criar uma lista dos prédios que se encontram em ruínas, mas não temos nenhuma liberdade sobre a definição do que é devoluto. É o próprio código do IMI que define devido aos consumos de água e de eletricidade, uma lista na qual o município não tem interferência. Sabemos se um edifício está em ruínas por razões imputadas ao município, como é o caso de edifícios com processos de licenciamento em curso.

Que eu saiba, até agora não declarámos nenhuma dissonância arquitetónica, que implicará um julgamento arquitetónico sobre o edifício, e creio que o município não está devidamente equipado para o fazer. A legislação é nova e teremos que estudar melhor esta matéria. O impacto financeiro é muito pequeno porque o número de edifícios devolutos é relativamente reduzido no sentido do que está legalmente estabelecido no código do IMI, não significando que não esteja lá alguém a morar.

Felizmente o número de edifícios em ruínas tem vindo a diminuir rapidamente. As coisas têm vindo a ser resolvidas desta forma, sem um impacto financeiro significativo na receita municipal porque os valores do IMI são muito reduzidos, comparados com a receita global.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Gostaria de saber porque aplicam o termo «dissonâncias arquitetónicas», quando o senhor presidente da Câmara nos diz que o município não tem capacidade de as aferir.

Aproveito para deixar o repto que talvez seja o momento de olharmos novamente para o Plano de Salvaguarda da zona classificada, sendo Angra do Heroísmo a principal interessada na atualização desta legislação, que talvez resolva os vários atropelos que lá acontecem, nomeadamente as questões das madeiras, sabendo-se perfeitamente que, o que não falta, são edifícios com alumínio, PVC, etc. Toda a gente sabe que estas coisas acontecem, podem ser vistas a olho nu e serão certamente dissonâncias arquitetónicas nos edifícios, considerando que os mesmos estão situados na zona classificada.

Sr. presidente da Câmara – A senhora deputada tem toda a razão e a questão chave e urgentíssima é a revisão do Plano de Salvaguarda, que está em execução e esperamos tê-la feita a breve trecho, e talvez por aí consigamos resolver as dissonâncias que são óbvias para todos. Se compararmos os edifícios com aquilo que está estritamente legislado, vamos ter muitos mais problemas do que aqueles que precisamos. O objetivo não é parar a cidade nem fomentar aquilo por que temos lutado, ou seja, acabar com os edifícios em ruínas, por isso esta matéria tem que ser vista com essa prudência. Podemos analisar edifício por edifício para vermos as suas consonâncias com uma versão revista do Plano de Salvaguarda.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Esta questão das dissonâncias é muito importante. A seguir ao sismo de 1980 houve a grande iniciativa de se classificar a cidade mas, como denuncié na altura, era uma cidade de fachadas sem a ocupação do interior dos quarteirões. Por outro lado e como apontou o senhor professor Álamo, houve tantas restrições na reconstrução, que as pessoas foram para fora da cidade, por isso é preciso muito cuidado com este tema.

Quanto a mim, um município deve atender apenas às questões públicas. Como aprendi com o plano do Porto, a volumetria e o tipo de uso causam excesso de pressão sobre as estradas e alguma dissonância não visível no interior dos quarteirões, levando ao abandono das casas porque se tornam inóspitas; eu vivi numa casa assim aqui em Angra.

Uma casa construída antes do sismo, que ocupa o interior dos quarteirões até ao outro lado, bloqueia as traseiras das outras, um abuso de volumetria que pode ser corrigido com a reconstrução dessas casas ao longo do tempo, num critério muito objetivo. Não podemos voltar aos critérios subjetivos do gosto, para além das cores e de algumas métricas que estão estudadas, que têm que ser objetivas.

Estamos a aprovar um regulamento pela enésima vez com um ponto fundamental que não é claro. A Câmara deve apresentar um regulamento claro sobre esta questão, percebendo os erros que foram cometidos pelo excesso de regulamentação e que as coisas têm que evoluir em termos de construção, mantendo o património, tratando sobretudo a coisa que é pública. O Marcelino's deu um ótimo restaurante mas depois tornou-se inóspito porque não tinha arejamento, como acontece com muitas outras casas devido a este erro seminal anterior à própria reconstrução em que as pessoas ocupavam o interior dos quarteirões.

A volumetria e a dinâmica do interior dos quarteirões são tão importantes como o exterior, porque têm a ver com o vizinho do outro lado, e eventualmente todos temos culpas no cartório porque a regra o permitia. Além das fachadas, temos que olhar também para o interior dos quarteirões para se corrigir alguns erros que foram sendo cometidos ao longo dos tempos e recuperar essas casas mais inóspitas.

Sr. d. m. José Toste – Peço a palavra para manifestar a posição do grupo municipal do Partido Socialista em relação à política de IMI que tem sido seguida por este executivo municipal. Tem-se discutido diversas vezes sobre a sua justiça ou injustiça para quem vive no centro histórico, mas a verdade é que as políticas relacionadas com o IMI não têm levado a uma saída de pessoas nem à degradação dos imóveis, tendo-se verificado precisamente o contrário. Quem achava que este entendimento poderia levar a alguma degradação do centro histórico, verificou que aconteceu precisamente o contrário. Ao longo dos últimos anos, o que vimos foi a reabilitação de vários edifícios, incluindo diversas áreas que nem tinham construção.

Não digo que a política de IMI levada a cabo pelo município, tenha incentivado, mas também não funcionou como obstáculo à reabilitação do centro histórico da nossa cidade. O que se verificou foi um desenvolvimento ímpar ao longo destes onze anos de governação deste executivo municipal com a recuperação de grande parte dos edifícios que estavam devolutos, não se rejeitando uma política de incentivo ao alojamento local, com todas as consequências em matéria de acesso à habitação. Verificou-se uma melhoria no edificado e a política em matéria de IMI não teve os impactos negativos no centro histórico de Angra, que em certa altura se anteviam.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Assumo a voz da senhora deputada Luísa Barcelos para dizer que o Plano de Pormenor e Salvaguarda é algo que nos aproxima. Estamos de acordo que não permanecemos nos séculos XV ou XVI e que existem novos materiais, o que não está bem aqui é o facto de todos aceitarmos olhar para o lado num Estado de direito quando não se cumpre a lei que diz: nada de alumínio, de PVC, de ferros, de forros de determinados materiais, etc., e as coisas são licenciadas ao arpejo da lei ou do regulamento.

É realmente essencial uma mudança de legislação e de regulamentação. Há duas horas que me está a apetecer fumar um cigarro, mas não posso fazê-lo aqui e pronto. É um pouco o que se passa com as casas em que muita gente atropela a regulamentação.

Gostaria de fazer o seguinte sublinhado em relação à intervenção do nosso colega José Miguel Toste: fomos e somos contra o fim da isenção do IMI na zona histórica de Angra. Constituíram-se maiorias na Assembleia da República e a coisa aconteceu, mas continuamos a ser contra. Aceitamos bem que haja o degradamento que se prevê em relação à aplicação ao centro histórico e reconhecemo-nos vencidos, mas ainda não há tempo para avaliar o que resultará daí. Penso que o senhor deputado foi muito otimista ao dizer que «a experiência demonstra», mas a experiência não demonstra nada porque até agora havia isenção. Não houve tempo, mas esperemos que tenha razão.

Sr. presidente da Câmara – Disse-o há pouco e repito que, onde não há experiência é nos efeitos da isenção, que durou um período muito curto, cerca de dois anos. Sempre houve e continua a haver IMI no centro histórico da cidade.

Quanto ao que o senhor deputado Carlos Costa Neves disse sobre os licenciamentos, as coisas não são bem assim porque o plano que está em vigor não trata da mesma maneira, todos os edifícios da zona classificada e uma boa parte deles pode ter janelas com outros materiais. O plano tem uma norma que diz que é possível substituir por novos, os materiais que tenham sido totalmente destruídos e não seja possível recuperá-los, o que gera problemas de interpretação muito complexos para se manter a justiça e a coerência nestes processos. Ninguém está a licenciar algo ilegal, o que acontece em muitos casos é que o licenciamento é feito com madeira e depois aparece o alumínio ou alguém que não pede licença e substitui uma janela num fim de semana.

Não se pense que o regulamento que está em vigor é assim tão preto no branco, porque tem muito cinzento, o que causa a maior parte dos problemas. É muito difícil de explicar a alguém que o vizinho do lado de lá da rua pode ter janelas em PVC, mas o senhor que vive do lado da cá, não pode. Isto acontece no regulamento que está em vigor. Como se sabe se o material estava completamente destruído? Tinha restado alguma janela, ou não havia janela nenhuma? O mesmo se passa em relação aos tetos; se um teto estava destruído pelas térmitas, não pode lá continuar. Não se pense que isto é a lei da selva, porque não é, existem regras e tenta-se executá-las o melhor possível.

A senhora deputada Luísa Barcelos foi absolutamente razoável naquilo que disse. Precisamos de um regulamento mais flexível e claro para que não haja situações cinzentas que nos levem a discutir com as pessoas, tentando explicar-lhes porque é que «o vizinho pode, mas o senhor não pode».

A proposta constante no Ponto 1.4 foi aprovada por maioria, com 29 votos a favor, sendo 20 do Partido Socialista e 9 da coligação PPD/PSD.CDS/PP.PPM e 8 abstenções da coligação PPD/PSD.CDS/PP.PPM. (68/2024/AMAH).

1.5 – Não atualização da Tabela de Taxas da Câmara Municipal para 2025, para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Há onze anos fizemos uma redução de taxas, desde há dez que as mantemos constantes e não se pretende efetuar qualquer atualização, pese embora a inflação acontecida. As taxas para todos os serviços municipais mantêm-se inalteráveis para 2025.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (69/2024/AMAH).

1.6 – Regulamento Municipal de Apoio à Habitação, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos das alíneas b) e g) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Pretende-se fazer uma pequena alteração ao regulamento em vigor com uma razão que depois se divide em duas. Em primeiro lugar, a alteração da legislação nacional sobre habitação social colocou algumas normas do nosso regulamento em dissonância com o que está estabelecido a nível nacional.

A segunda situação deve-se a uma questão jurídica que tem a ver com um acórdão do Tribunal Constitucional em relação a outro município que declarou inconstitucional uma norma que exigia um período de residência. Tínhamos estabelecido três anos de residência no município, o que será eliminado porque foi considerado inconstitucional. São feitas apenas estas duas alterações.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Os representantes dos moradores neste tipo de casas disseram que consideravam pouco promotor do trabalho das pessoas, este ponto n.º 5 do artigo 15.º, que diz que a renda deve ser ajustada de acordo com o rendimento das pessoas e o agregado familiar. Isto faz com que as pessoas, que eventualmente entrem para uma casa a pagar um determinado valor de renda, se mantenham naquele limbo de pobreza e não se sintam estimuladas a trabalhar e a ganhar mais com receio que a renda lhes seja aumentada.

Baseando-me numa conversa que tive num dos bairros problemáticos de Lisboa, no fundo o que as pessoas temem é que, qualquer aumento que tenham no ordenado, seja para pagar depois o aumento da renda. Desconheço o valor mas a minha preocupação é que esse ajustamento nas rendas não impeça as pessoas de se integrarem no mercado do trabalho. É preciso fazer com que as pessoas se sintam estimuladas a trabalhar e a ganhar mais sem o receio que esse montante signifique depois um aumento da renda.

Sr. presidente da Câmara – Percebendo a racionalidade da objeção colocada pelo senhor deputado Tomás Dentinho, o município não tem esse grau de liberdade, porque esta gradação é fixada a nível nacional pela Assembleia da República, e também não creio que a mesma surta esse efeito porque as rendas máximas não chegam aos cento e cinquenta euros. Mesmo que um agregado familiar passasse do mínimo para o máximo, nunca haveria um aumento de cento e cinquenta euros porque a renda mínima anda na casa dos vinte e poucos euros e há pessoas a pagarem apenas cinco euros. Temos rendas demasiado baixas para que aconteça o efeito que o senhor deputado referiu e lembro mais uma vez que esta gradação é uma decisão da Assembleia da República.

O Regulamento constante no Ponto 1.6 foi aprovado por unanimidade. (70/2024/AMAH).

1.7 – Tarifário do serviço de água, saneamento e resíduos da Câmara Municipal, para 2025, para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – À semelhança do que fizemos com as taxas atrás referidas, não há aqui qualquer atualização, mantendo-se os mesmos valores desde 2011, o que se traduz numa redução muito significativa no preço que pagamos nas nossas casas face à inflação acumulada ao longo de todos estes anos. Hoje estamos a pagar cerca de ¼ pela água e pelos resíduos e como temos a obrigação de evitar a subsidiação nesta área, esta redução

aconteceu essencialmente com os ganhos que resultaram da internalização dos Serviços Municipalizados.

Gerou-se aqui uma poupança que nos tem permitido manter os preços ao longo do tempo. Felizmente, a TERAMB não tem dado prejuízos e continuamos com uma razoável venda de eletricidade que nos ajuda a reduzir a fatura dos resíduos. Para termos um nível de comparação, estamos a pagar na casa dos 33 euros por tonelada de resíduos, enquanto a maior parte das incineradoras e dos sistemas do continente, ultrapassaram já a barreira dos cem euros, além de praticarem uma taxa de deposição de resíduos na casa dos setenta euros.

Sem qualquer despesa para o erário público, estamos a pagar a terça ou a quarta parte do que pagaríamos se tivéssemos um sistema de gestão de resíduos igual ao que é praticado no continente, onde se criou um conjunto de monstros no sistema devido à privatização daquilo que nunca deveria ter sido privatizado, o que provocou uma explosão nos preços e o esmagamento dos municípios. Os nossos colegas do continente estão a aprovar orçamentos em que uma percentagem muito grande das suas receitas se destina ao pagamento de despesas com água e resíduos porque os valores atingiram níveis inoportáveis para a generalidade da população.

Aqui não aconteceu o que aconteceu com o hospital, que o senhor deputado há pouco deplorava. Graças a alguns governos mais conservadores, no continente privatizaram o que não deveria ter sido privatizado e o resultado está à vista.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (71/2024/AMAH).

Sr. presidente da Mesa – De acordo com o que coloquei inicialmente à Assembleia por proposta do senhor deputado Carlos Costa Neves no sentido de se alterar a ordem do Ponto 4.1 e uma vez que tem implicação no orçamento, vamos passar a apreciar a proposta constante nesse ponto.

4. DO GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):

4.1 – Proposta de recomendação de requalificação da malha urbana do Município de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Tal como aconteceu em Angra, as cidades tiveram uma grande expansão urbana nos últimos anos devido ao processo de urbanização, e aquelas que não tiveram meios para estruturarem convenientemente essa expansão, depararam-se com situações nas suas periferias, em alguns casos piores do que aqui. Existe um problema grande em todo o lado, desde África até à Europa, acontece no continente português e também aqui, onde temos áreas urbanas com infraestruturas rurais que eram canadas. Há zonas com muito trânsito sem espaços para estacionamento e com falta de passeios adequados onde, de vez em quando morre alguém, um problema que ninguém quer levantar porque envolve um diálogo entre a comunidade e os bens públicos e privados. Às vezes surgem soluções com a colocação de um semáforo, porque a rua é estreita e não dá para passar, opções que são

atamancadas e inadequadas ao século XXI, por isso merecem eventualmente um desenho melhor.

Está a acontecer um movimento na Europa em que não é possível manter cidades onde as pessoas tenham que se deslocar por longas distâncias para acederem aos bens e serviços. Ou se melhora a acessibilidade, e para isso é preciso alguma concentração urbana, ou se constroem serviços públicos, privados e comunitários perto das pessoas porque, por vezes, nestes bairros novos não há sequer espaços para que alguém possa montar um negócio de iniciativa privada e interesse coletivo.

Uma solução que me parece possível de implementar aqui com algum sucesso, passaria pela criação de um fundo a nível municipal para melhorar, por exemplo, a Canada dos Folhadais ou a Canada de Belém na Terra Chã onde, de tempos a tempos, acontecem acidentes graves.

A entidade pública tem a obrigação de construir estradas com as dimensões necessárias onde possam circular carros e autocarros, passeios adequados nas áreas populacionais mais densas, zonas de estacionamento para que não se estacione em cima dos passeios e estas soluções têm que aparecer debaixo para cima. Isto está a acontecer no concelho de Loures que tem cinquenta zonas ilegais ou informais. Aqui não são propriamente ilegais mas há situações de ilegalidade na dimensão das vias e dos passeios que não possuem as características ideais para aquelas densidades urbanas.

O que proponho são candidaturas ao nível local e até ao nível do bairro, no fundo para que se perceba o que as pessoas querem em termos coletivos e comunitários, porque há sempre algo que pode ser melhorado. Como tem sido debatido nesta Assembleia, há estruturas que são melhoradas mas depois esbarramos quando, às tantas, é preciso cortar um bocadinho de um privado para juntar ao que é público, pagando o dinheiro que esse privado merece. As coisas param quando optamos por soluções que não são as melhores, porque eventualmente as melhores não são alcançáveis.

Gostava de propor à Câmara Municipal a criação de um fundo para candidaturas de iniciativas deste género num processo simples de caracterização e diagnóstico e com um desenho participado de várias soluções ao nível local, uma avaliação custo-benefício para as compensações dos que ganham e dos que perdem, juntando eventualmente algum dinheiro, havendo depois um plano de financiamento, de execução e de implementação.

É possível pegarmos no exemplo de urbanismo que temos no centro de Angra e criá-lo com as melhores condições nas freguesias periurbanas e também nas outras à volta da ilha Terceira. Dou alguns exemplos, mas decerto haverá outras ideias.

Como sabem, organizei um congresso há pouco tempo que trouxe muita gente à ilha Terceira. Para que se possa fazer um turismo decente na nossa ilha é preciso um carro, que é caro e limita o número de pessoas. Poderia ser criado um percurso, eventualmente com sítios para dormir, podendo pernoitar-se também nos alojamentos locais. Seria um percurso semelhante ao que existe nos Caminhos de Santiago, que é um sucesso em termos de turismo, algo que pode ser feito na ilha Terceira em que as pessoas não tenham necessariamente que alugar um carro.

Falo também da requalificação da rede viária pedonal em Angra do Heroísmo e nas freguesias de São Pedro, da Terra Chã, da Ribeirinha e da Feteira, onde se preencheram canadas em termos urbanos, por vezes sem a dimensão necessária.

Não impondo propriamente uma solução, é necessário evitar esse diálogo com os particulares que, de alguma forma, pode contribuir para que a intervenção pública comunitária seja feita a medo. Se quiserem, e como referi há pouco, pode ser feita a requalificação do interior dos quarteirões de Angra em que, se um prédio tiver que ficar um pouco mais à dimensão que deveria estar, é natural que perca, mas os outros ganham.

Terá que haver aqui um espaço de diálogo com os técnicos para se qualificar gradualmente as cidades e evitar que as pessoas morram atropeladas numa canada ou batam num carro que está estacionado.

Propõe-se aqui um fundo de quinhentos mil euros para estas candidaturas na linha do que está a ser feito em Paris pelo arquiteto que esteve cá, o Carlos Moreno que está na Sorbonne e pela Catherine Gall que cá fez uma apresentação do «15-minute City». Pegam em partes das cidades e requalificam-nas com uma participação e vantagens em termos públicos, fazendo uma avaliação custo-benefício. É claro que a França tem muito dinheiro, mas acho que é possível fazer aqui com o dinheiro público, construindo estradas, etc., e também com o dinheiro privado, porque há sempre compensações.

Esta é uma iniciativa que considero importante, criando para já este fundo e depois um sistema para que as pessoas possam apresentar candidaturas que vão sendo desenhadas, começando por uma caracterização e diagnóstico, que leva a um processo de participação, de desenho e de análise de financiamento e depois à implementação.

Não vejo outra forma de atender a estas questões da Canada dos Folhados ou das pessoas que morrem aqui ou ali, tratando apenas da questão pública com soluções meio atamancadas como aquela que foi a possível com um semáforo naquela rua ao pé do Centro Cultural.

Agradeço a antecipação do debate deste ponto na Ordem de Trabalhos, porque envolve a acomodação desta iniciativa no orçamento para o próximo ano, e não custa muito convidar de novo a senhora para sabermos como poderá ser feito este novo processo de reajustamento urbano. Diretamente, parece-me que as soluções são atamancadas e há sempre uma reação local, um problema que não é só daqui, acontece em todo o mundo suburbano em países como o nosso e é ainda pior em países menos desenvolvidos. Como o fizemos no século XVI, podemos dar também agora o exemplo com esta experiência de desenho para que outros queiram cá vir.

Sr. presidente da Câmara – Também li o artigo sobre a cidade dos quinze minutos e vivemos numa ilha de vinte, o tempo que demoramos da Praia até aqui.

Felizmente, não temos questões urbanas preocupantes mas percebo a generosidade da situação porque todos nos irritamos com caminhos estreitos. Essa é uma questão com um certo grau de complexidade mas pode e deve ir sendo tendencialmente resolvida; contudo, o município não pode criar fundos, porque não existe essa figura, mas podemos criar linhas nas

GOP de investimentos e temos uma lei que nos obriga à unicidade de tesouraria, ou seja, com o dinheiro na mesma caixa.

A segunda questão prende-se com o facto de termos já uma GOP com o n.º 02027 que contém uma linha que diz: «*Empreitadas na rede viária, muros e arruamentos*». Tudo o que aqui foi dito pode muito bem sair por aí se surgirem iniciativas nesse sentido – e oxalá que sim – porque temos maneira de as acomodar.

Neste momento na proposta inicial de orçamento, temos 1 600 000,00 € que servem para arranjar os buracos dos caminhos, tapar paredes e tudo o que vai acontecendo nas vias. Ser aparecer alguma iniciativa com uma proposta concreta nalgum sítio e não houver restrições do ponto de vista de quem lá mora e dos donos dos terrenos, estaremos disponíveis e não me parece que seja preciso fazer qualquer alteração orçamental.

Precisamos de iniciativas e estão aqui os senhores presidentes de juntas de freguesia que poderão recensear as situações em que isso seja útil. O dinheiro está disponível no orçamento inicial até ao limite de 1,6 milhões de euros, um valor que poderá vir a ser reforçado ao longo do ano desde que haja projetos que justifiquem uma boa aplicação do dinheiro. Creio que podemos considerar o assunto devidamente acomodado na GOP n.º 02027.

Quanto às questões dos terrenos, já referi por duas vezes no período anterior que as coisas não são assim tão fáceis porque estamos em trabalhos há alguns anos por causa de um triângulo no Alto das Covas e de um terreno do Estado que está encravado junto ao tribunal no meio de terrenos municipais. Tudo o que tenha a ver com propriedade é matéria complexa, mas aceito como boa a proposta, que considero uma excelente ideia. Se os senhores presidentes de juntas de freguesia conhecerem algum lugar em que isto possa ser feito, por favor, digam-nos.

Sr. d. m. José Toste – No seguimento da objeção levantada pelo executivo municipal relativamente à possibilidade da criação de um fundo, trago à colação um outro problema que pode estar subjacente a esta proposta e tem a ver com a impossibilidade de a Assembleia Municipal apresentar propostas de alteração ao orçamento do município. Propõe-se a orçamentação de quinhentos mil euros para 2025, quando a proposta de orçamento foi já aprovada pela Câmara Municipal e remetida a esta Assembleia e não pode ser objeto de alteração. Não obstante esta questão formal, penso que podemos discutir o teor do que aqui é proposto porque todos sabemos que existem no nosso município, situações de necessidade de requalificação de passeios e vias onde há estreitamento devido a construções.

Independentemente de quem seja o responsável, lembro a intervenção que foi feita no Caminho do Meio de São Carlos que permitiu a criação de passeios, melhorando imenso o acesso pedonal e a segurança naquela via. Havia também um estreitamento da estrada no final das Bicas de Cabo Verde em que, por via do diálogo entre o município e o dono do imóvel, foi possível o seu alargamento. Quem faz parte das autarquias, seja ao nível das freguesias ou da Câmara Municipal, vai-se deparando com a necessidade de resolução destes e de outros problemas no âmbito das empreitadas que se vão realizando no município.

Em relação à participação da população, existe um instrumento que é o Orçamento Participativo que pode também albergar uma parte destas preocupações. Os moradores de determinadas áreas podem tomar a iniciativa de propor o melhoramento de passeios e a criação de vias pedonais nas suas freguesias.

Compreendemos o objetivo e a forma como é descrito mas temos algumas dúvidas em relação à estratégia. São referidas candidaturas mas não se define se são feitas pelas juntas de freguesia, pelos privados ou através de um sistema colaborativo entre entidades públicas e privadas. São aqui apresentadas três boas ideias, ou seja, três medidas com alguma relevância que poderão ser objeto de ponderação num futuro orçamento municipal: «*Caminhos da ilha Terceira, requalificação da rede pedonal e do interior dos quarteirões.*»

Quanto aos quinhentos mil euros que são aqui propostos, já referimos as nossas dúvidas legais relativamente à apresentação de propostas de alteração ao orçamento nesta fase e é importante referir qual a rubrica que se pretende reduzir para inscrever estes quinhentos mil euros para esta finalidade.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Talvez não me tenha feito entender e gostaria de esclarecer dois pontos. Em primeiro lugar, é importante lembrar que, tratar apenas da coisa pública não resolve estes problemas. Não basta pôr asfalto e construir passeios; as iniciativas têm que ser comunitárias porque as urbanizações, embora legais, são muito informais. Sendo GOP ou fundos, é uma questão que pouco interessa.

É difícil mudar as instituições. O facto de a iniciativa partir de comissões de império, etc., faz com que haja esta capacidade de diálogo com a comunidade para se resolver problemas concretos e acho que a ilha Terceira é dos melhores sítios do mundo para se fazer isto. O querer fugir para dizer que não é possível, professor Álamo, é possível se as pessoas quiserem. Não se trata apenas de uma cidade de quinze minutos para todos porque de vez em quando há gente que morre. Sem pretender fazer drama, esta é uma questão relativamente séria que pode melhorar a qualidade de vida das populações. Embora um bocadinho fora de tempo, gostei que a bancada da Coligação tivesse apostado e apresentado aqui esta proposta.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Comprova-se uma coisa que há muito se comenta, ou seja, que a linha de raciocínio de um economista ou de um financeiro, nunca é a mesma de um jurista, mas quero agradecer as intervenções construtivas do senhor presidente da Câmara e do senhor deputado que hoje dirige a bancada do Partido Socialista, porque era exatamente esse o efeito que pretendíamos. Como perceberam, a ideia foi trabalhada originalmente pelo senhor deputado municipal Tomás Dentinho, mas assumimo-la como sendo da bancada da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) porque a consideramos com substância, com conteúdo.

Fora de dúvida que, de 1980 para 2024 houve transformações urbanas; quando digo urbanas, refiro-me a tudo o que é zona urbana e cada uma das freguesias é zona urbana. Houve transformações que levam à necessidade de adaptações. Em todas as freguesias do concelho, nomeadamente as circundantes àquelas que, normalmente, são consideradas as

freguesias que constituem a cidade, como a Terra Chã, a Ribeirinha, São Mateus, São Bartolomeu, Santa Bárbara ou Porto Judeu, há uma mudança muito grande de atividades, de urbanismo e das condições em que as pessoas lá moram.

Há cinquenta ou sessenta anos, podia fazer-se uma distinção entre quem era das freguesias ou da cidade, algo que hoje não se pode fazer porque as coisas se interpenetram e têm que ser tratadas como tal. Há muitas zonas nos subúrbios da cidade que ficaram ocupadas por habitações e ainda hoje utilizam canadas que foram construídas para carroças. Todos temos esta noção porque conhecemos o nosso concelho como as palmas das nossas mãos.

É este o fundamento desta proposta que eu gostaria de transformar em recomendação. Eu ambicionaria que a Assembleia Municipal aprovasse uma recomendação para se dar atenção a estes aspetos, dada a intervenção do senhor presidente da Câmara, dizendo que o mais complicado não é criar uma alínea, porque a alínea já existe e poderá eventualmente ser desdobrada no futuro, mas não neste orçamento.

Indo de encontro aos argumentos jurídicos aqui apresentados, o que ficaria era uma recomendação que tivesse em conta o texto, para o qual peço o apoio de todas as bancadas sem referir os quinhentos mil euros, mas algo que possamos encontrar dentro do orçamento da Câmara.

Sr. presidente da Câmara – Creio ser muito razoável esta proposta porque não colide em nada com a ação da Câmara. Se está devidamente financiado, não vejo qualquer obstáculo a que a Assembleia Municipal recomende que se tenha em consideração estes pontos. Creio que o texto que o senhor deputado Tomás Dentinho elaborou, está adequado, bastando retirar-lhe a referência financeira.

Sr. d. m. José Toste – Manifesto a concordância do grupo municipal do Partido Socialista com esta proposta de alteração da natureza do texto, que passará a ter um conteúdo resolutivo ou recomendativo para que o executivo municipal, na sua ação, tenha em atenção algumas destas questões.

É importante dizer também que esta proposta, com a redação que tem, pode levar a um entendimento que secundarize o trabalho de proximidade dos presidentes de juntas de freguesia às suas populações na identificação de todas as situações que são aqui referidas, e não é esse o nosso objetivo. Ninguém conhece melhor o território das freguesias do que os seus presidentes de junta, assim como ninguém tem maior capacidade de resolução dos conflitos que, por vezes, existem entre o que é público e o que é privado. Sendo um elemento de diálogo junto das populações, os presidentes de juntas de freguesia têm um papel fundamental de relação com o município no desbloqueio de alguns obstáculos que, por vezes, existem relativos a terrenos de privados.

Aproveito para destacar e elogiar o importante trabalho de colaboração exercido diariamente pelos presidentes de juntas de freguesia junto das suas populações que, com a aprovação desta resolução, ficam com mais um argumento para trazerem à Câmara Municipal, muitos dos problemas de urbanismo que são detetados nas suas freguesias. Esta

não é uma recomendação apenas à Câmara Municipal, mas também a todos os autarcas e àqueles que têm uma intervenção pública na melhoria do urbanismo da nossa cidade e das nossas freguesias.

A proposta de recomendação foi aprovada por unanimidade, com as alterações introduzidas. (90/2024/AMAH).

1.8 – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2025, apresentando os seguintes valores (acompanha o mesmo as propostas apresentadas pela Comissão Concelhia do PSD, no âmbito do Direito de Oposição):

Orçamento:

- Receitas correntes: 29 942 792,00 € (vinte e nove milhões, novecentos e quarenta e dois mil, setecentos e noventa e dois euros);
- Receitas de capital: 19 413 459,00 € (dezanove milhões, quatrocentos e treze mil, quatrocentos cinquenta e nove euros);
- Receitas não efetivas: 641 405,00 € (seiscentos e quarenta e um mil, quatrocentos e cinco euros);
- Total geral das receitas: 49 997 656,00 € (quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis euros);

- Despesas correntes: 21 064 212,00 € (vinte e um milhões, sessenta e quatro mil, duzentos e doze euros);
- Despesas de capital: 27 860 272,00 € (vinte e sete milhões, oitocentos e sessenta mil, duzentos e setenta e dois euros);
- Despesas não efetivas: 1 073 172,00 € (um milhão, setenta e três mil, cento e setenta e dois euros);

Despesa inscrita nas Grandes Opções de Plano:

- Grandes Opções do Plano: 35 843 686,00 € (trinta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e três mil, seiscentos e oitenta e seis euros);
- Total geral das despesas: 49 997 656,00 € (quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis euros).

O mesmo orçamento contém o Mapa de pessoal da Câmara Municipal para 2025, o plano de formação para 2025, as normas sobre a execução orçamental, o balanço previsional, a demonstração de resultados previsional e demonstração de fluxos de caixa previsional. Para aprovação do órgão deliberativo municipal, nos termos das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Este é o último orçamento deste mandato autárquico sob a minha presidência, um orçamento de encerramento de um ciclo que dá continuidade às iniciativas em curso e à sua conclusão. Um orçamento que não visa a abertura de novas iniciativas porque tal não faz sentido nesta fase do ciclo autárquico, ainda mais quando todos sabemos que, algures no próximo verão, o senhor presidente da República convocará eleições autárquicas; a partir dessa altura as autarquias entrarão em gestão e não nos será possível tomar quaisquer novas iniciativas.

Este é o orçamento mais elevado de sempre, mas não nos iludamos porque não quer dizer que a Câmara tenha ficado mais rica, já que temos muito dinheiro inscrito que é essencialmente consignado e tem a ver com o PRR. A Câmara recebe com uma mão e paga com a outra, o dinheiro apenas transita pelas constas municipais e não temos a capacidade de lhe dar qualquer uso, que não esse.

Se retirarmos a parcela do PRR, temos um orçamento essencialmente igual aos anos anteriores que mantém a mesma lógica e o mesmo tipo de receitas que são as possíveis. O aumento de receita provém do aumento das transferências do Estado numa medida muito próxima do aumento da despesa com pessoal, que é induzido por decisões do próprio Estado, ou seja, não controlamos o que pagamos aos trabalhadores do município. Os descongelamentos de carreiras e tudo o mais que foi acontecendo, tem um custo, e aqui só podemos dizer bem da parte do Estado porque está a transferir para as autarquias, exatamente o aumento da despesa que induziu. Retirando estes dois fatores, estamos perante um orçamento essencialmente neutro do ponto de vista das disponibilidades financeiras.

O orçamento não inclui o empréstimo que foi autorizado pela Assembleia Municipal na sua última sessão. Achámos que não valia a pena inclui-lo ainda, por isso está como uma espécie de reserva estratégica, que apenas deve ser acionada se a necessidade surgir e esperamos que não surja tão depressa.

Existe no horizonte um problema que foi falado na última sessão, uma questão que está devidamente acautelada neste orçamento, ou seja, a coexistência do grande investimento que está a ser feito no 1.º Direito com o crescimento do investimento a fazer no mercado municipal. A partir de meados do próximo ano aquela obra passará a ter um consumo financeiro muito elevado e para permitir que as obras do PRR continuem a desenvolver-se com o mesmo grau de celeridade que tem acontecido até agora, provavelmente será necessário recorrermos ao empréstimo, embora de forma transitória apenas para cobrir o período entre o desembolso por parte do município e o reembolso da parte do IHRU. Nesta altura tínhamos reservas financeiras suficientes para aguentarmos esta decalagem entre o desembolso e o reembolso, o que provavelmente não acontecerá porque teremos uma outra obra com elevados consumos financeiros, mas estas questões estão devidamente acauteladas.

Do ponto de vista do endividamento municipal estamos a atingir também o fim de um ciclo. Não contando os dez milhões, nesta altura a dívida total do município projetada a 31 de dezembro estará nos 3 129 000,00 €. Cerca de 2,2 milhões são dívida não incluída no

endividamento municipal, ou seja, o município contraiu a dívida mas está a ser reembolsado pela região e pelo IHRU. Aqui não temos qualquer despesa porque somos apenas o pagador, recebemos de um lado e pagamos pelo outro. Infelizmente aqui, a situação não é diferente porque já não recebemos desde o ano passado e temos que aguentar a despesa mas isso não é problema porque receberemos a devida altura.

Com este orçamento, estamos a atingir praticamente o endividamento zero. Não temos qualquer preocupação com dívida, com a grande vantagem de, ao contrário de outros municípios, não termos também quaisquer outras participações ou estruturas paralelas com contas. Se analisarem o anuário financeiro dos municípios que foi distribuído, verão que alguns aparentam estarem muito bem, mas quando olhamos para a última parte do anuário e vemos as empresas participadas, os serviços municipalizados ou outras estruturas semelhantes, verificamos que afinal existe uma dívida, o que não é o nosso caso.

Tudo o que temos e não temos consta neste orçamento e não há nada fora. A única participação relevante que temos é na TERAMB que, felizmente, tem vindo a manter-se financeiramente equilibrada ano após ano. Essa participação financeira não é preocupação para o município e estamos numa situação quase total de desendividamento, o que nos permite encarar com confiança o ano 2025 porque teremos os meios suficientes para mantermos o grande esforço e a celeridade que nos é imposta na execução do PRR até junho de 2026. Não há tempo a perder, temos que fazer este enorme investimento muito depressa e precisamos de utilizar o dinheiro, como foi feito agora e faremos no ano que vem. Mesmo que não haja uma aprovação célere de fundos comunitários para o mercado municipal, temos os meios suficientes para fazermos a obra sem transtornos de maior.

Temos basicamente em cima da mesa, um orçamento de continuidade que ultrapassa os 50 milhões de euros de valor global mas, do ponto de vista real, está na casa dos 32 milhões, o dinheiro que efetivamente o município dispõe, porque o resto é PRR. É um orçamento que vem em linha com os três orçamentos passados que foram aprovados neste mandato. Como afirmei há pouco, o quadro de pessoal mantém-se estável sem qualquer alteração de fundo.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – No âmbito do Direito de Oposição, o PSD Angra do Heroísmo apresentou três medidas que gostaria de ver incluídas no orçamento para 2025, visando uma delas a criação de uma equipa de nadadores salvadores para vigilância fora do período da época balnear na Silveira com vista à segurança de banhistas e turistas que nos visitam na época baixa – e são cada vez mais – e também por uma questão de consciência de cidadania e de segurança.

A segunda medida refere-se a um projeto-piloto para criar valências municipais de apoio à infância em colaboração com IPSS locais, à semelhança do que já existe noutros concelhos como a Praia da Vitória, Ponta Delgada e Ribeira Grande. Esta medida visa também promover a fixação de população nas freguesias mais distantes do centro urbano e havia já sido sugerida no âmbito do Direito de Oposição de há dois anos.

Uma terceira medida prende-se com a oferta cultural diversificada itinerante com programas a percorrer todo o concelho, que também foi apresentada no âmbito do Direito de Oposição de há dois anos.

Gostaria de perceber a disponibilidade do executivo para incluir e contemplar estas medidas, considerando que, pela leitura que fiz, não encontrei qualquer menção no orçamento para 2025.

Considerando que, além do mercado municipal, uma das prioridades deste orçamento são as medidas de habitação no âmbito do PRR, pergunto como tem acontecido e como se prevê acompanhar este processo dos beneficiários após a atribuição das moradias e se existe alguma articulação entre o município e outras entidades, nomeadamente o ISSA, quando entenderem necessário, uma vez que estamos perante um investimento muito significativo que deve ser alvo de acompanhamento ao longo do tempo em prol da boa gestão da coisa pública.

Sr. presidente da Câmara – Tinha aqui o papelinho, peço desculpa porque não olhei para ele e deveria ter referido as três medidas propostas que foram presentes na reunião da Câmara Municipal. Por sugestão nossa, foram incluídas no agendamento deste ponto e estão aqui na nossa agenda

Aceitámos e estão devidamente acauteladas duas das medidas, que achámos como boas. Este ano tivemos uma boa experiência com a atividade cultural nas freguesias com os concertos que foram feitos, integrados nas celebrações dos cinquenta anos do 25 de abril que percorreram todas as freguesias. Já tínhamos tido uma experiência sobre a passagem das filarmónicas e do folclore de freguesia em freguesia. A primeira experiência não foi muito positiva porque não tivemos muita gente a assistir, razão pela qual acabámos por reduzir, e esta foi intermédia e também não teve grande adesão. De qualquer maneira, considerámos uma boa iniciativa, que foi aceite em reunião de Câmara e está incluída no orçamento. Faremos todos os possíveis no sentido de criar mecanismos de dinamização cultural nas freguesias, até porque nesta altura, temos uma oferta muito alargada na cidade. A medida foi aceite e está devidamente acautelada nas GOP.

Considerámos também uma boa proposta, a criação de atendimento na colaboração com as IPSS. Temos alguma experiência nesta área, vamos dar corpo a essa iniciativa e estendê-la tanto quanto possível a outras valências, não apenas na vertente infantil, mas também nas questões que dizem respeito aos centros de convívio da terceira idade em que já estamos a financiar praticamente tudo. Temos um compromisso assumido para um investimento numa instituição da Ribeirinha e temos também em curso um compromisso com a freguesia da Conceição para um centro que lá se pretende fazer.

Não concordámos com a terceira proposta porque, neste momento, não há movimento nas nossas zonas balneares, incluindo a Silveira, que justifique a presença continuada de um nadador salvador que tem um custo muito elevado. Há dois anos fizemos uma experiência de alargamento da época balnear até ao fim de setembro e os resultados foram medíocres porque não havia ninguém. A maior parte dos frequentadores da Silveira utiliza aquele espaço antes da chegada do nadador salvador. Temos ali um nadador salvador a partir das 9 horas da

manhã e a maior parte das pessoas utiliza aquela zona balnear antes de ir para o trabalho ou ao fim do dia, fora dessa mancha horária.

Estivemos a discutir o assunto em reunião de Câmara e encontrámos uma solução alternativa com a criação de uma estrutura automática de salvamento chamada Totem. Existe um conjunto de equipamentos em terra e qualquer pessoa pode atirar uma boia ou outros objetos para ajudar no salvamento da pessoa sem a necessidade de um nadador salvador. Creio ser esta a solução mais adequada por ora, contudo podemos continuar de espírito aberto e se algum dia chegarmos à conclusão que a Silveira fica cheia de gente fora de época, cá estaremos para resolver a solução e encontrar um nadador salvador.

Temos que manter um acompanhamento da utilização das zonas balneares e ver a que horas e quantas pessoas as utilizam, porque não vale a pena colocar uma equipa de nadadores salvadores quando aquilo está deserto. Se agora passarmos na Silveira, não vamos encontrar lá ninguém, portanto seria uma despesa desnecessária que pode ser utilizada assim.

A colocação de equipamentos de salvamento tem vindo a dar alguns resultados. Felizmente, uma pessoa foi salva no passado fim de semana devido à presença de um destes equipamentos. Nem que fosse só por isso, já tinha valido a pena todo o investimento que foi feito e a preparação das pessoas. Quando tivermos o tal Totem, falaremos com os utilizadores habituais da madrugada e daremos instruções como as coisas funcionam.

Quanto às questões que dizem respeito à habitação social, peço ao senhor presidente da Mesa que passe a palavra à senhora vereadora Fátima Amorim que tem esse dossiê à sua conta.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Boa tarde senhor presidente da Assembleia e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Respondendo à senhora deputada Luísa Barcelos, tem-se feito um trabalho social gigantesco e muito importante, que tencionamos continuar. Costumo dizer que a entrega da casa é a parte mais fácil em todo este processo, sendo mais importante a fase de acompanhamento.

Como sabem, os inquilinos são realojados em outras habitações enquanto decorrem as obras, sendo-lhes entregues as habitações logo que estejam prontas, e são sinalizadas as famílias com necessidades de um acompanhamento permanente, o que temos feito em articulação permanente com a Solidariedade Social. O trabalho social que há a fazer é tão grande, que exige o envolvimento de diversas instituições e temos casos de acompanhamento semanal das famílias.

Como já referi nesta Assembleia, temos tido todo o cuidado na adequação da tipologia da habitação ao agregado familiar. Durante o processo, aconteceram também mudanças de bairros porque as famílias não podem continuar numa situação de sobrelotação em que muitas crianças não têm um espaço digno para estudar nem para dormir. Temos que garantir que as famílias disponham de tudo o que necessitam nas habitações para que possam viver condignamente, um trabalho que tem sido feito em articulação com a Solidariedade Social.

Já terminámos as obras em alguns dos bairros que existem em praticamente todas as freguesias do concelho. Esses bairros estão a ser visitados pela equipa de ação social da Câmara Municipal e ainda ontem nos chegou uma viatura exclusiva para esse fim. Queremos os nossos assistentes sociais presentes nos locais onde temos habitações sociais, fazendo visitas às casas, porque temos que cuidar do nosso património e de todo o investimento que está a ser realizado para evitarmos situações como as que existiam no passado.

Foram já entregues mais de cinquenta casas e há um grau de exigência para com os nossos inquilinos, que estão a ser visitados pelos nossos técnicos de ação social, que ficam encarregados de apresentar um relatório do que for sendo identificado nas habitações sociais. É assim que vamos continuar a trabalhar, marcando presença em cada um dos locais, sinalizando as pessoas que necessitam de um acompanhamento permanente, pedindo sempre apoio às instituições que têm trabalhado ao nosso lado e estamos a obter bons resultados.

Não são muitas, mas detetámos algumas situações de famílias que precisam de um acompanhamento permanente e vamos verificando melhorias significativas ao longo das semanas. As pessoas que não tinham facilidade em darem o passo em frente em termos de condições de habitação, estão a contar com o apoio e a colaboração de todos e assim vai ser ao longo do tempo.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Tenho uma dúvida acerca do prazo do empréstimo que aprovámos na última reunião como fundo de maneiio para acompanhar as obras do PRR. Para se evitar alguma tentação eleitoralista de avançar com obras com base neste empréstimo, mantendo as contas da Câmara limpas, gostaria de saber quando terminará o prazo desse fundo de maneiio, que creio não ter sido ainda utilizado. Para que não fique uma janela aberta deste para o próximo executivo, precisamos de ser informados do prazo desse fundo de maneiio, que será para um ou dois anos. Creio que, quando aprovámos o empréstimo, não tivemos em conta a limitação do prazo.

Sr. presidente da Câmara – As condições deste empréstimo foram aprovadas nos termos legais por esta Assembleia; ainda não teve utilização e talvez não haja necessidade de o fazer neste mandato, mas vamos ver como evoluem os reembolsos. O empréstimo destinase exclusivamente à componente não coberta pelo PRR e não pode ser desviado para o que quer que seja.

Os empréstimos que são autorizados em condições especiais pelas assembleias municipais, destinam-se a fins específicos e são objeto de visto pelo Tribunal de Contas, o que ainda não aconteceu neste caso. As assembleias municipais não passam às câmaras municipais, cheques em branco do ponto de vista financeiro. Não há esse risco porque este empréstimo não pode ser utilizado para qualquer outro fim, que não seja a habitação social na vertente não coberta pelo PRR.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Existe um prazo definido para amortização?

Sr. presidente da Câmara – O empréstimo foi aprovado por trinta anos. De momento não me recordo dos prazos de amortização, mas as condições estiveram aqui em cima da

mesa. Não há qualquer risco que o empréstimo venha a ser utilizado para qualquer outro fim, agora ou no futuro, que não seja o que está devidamente estabelecido.

Sr. d. m. Guilherme Bizarro (presidente da J. F. de São Sebastião) – Boa tarde senhor presidente e senhoras secretárias da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Apenas para dar uma pequena ênfase aos ponto do orçamento que focam diretamente a vila de São Sebastião. É feita referência à remodelação do tratamento das águas residuais e calculo tratar-se da ETAR que existe lá no fundo da Ribeira do Frei João. É sem dúvida uma obra necessária porque aquilo não está a trabalhar bem, mas chamo a atenção que a via de acesso está em muito más condições. A Junta de Freguesia teve que lá ir este ano tapar uns quantos buracos com cimento, o que não conseguimos fazer muitas vezes, nem é a solução ideal, por isso seria bom que a Câmara Municipal pudesse resolver também a situação da Ribeira Frei João.

Uma outra questão tem a ver com a operacionalização dos ecocentros dos Altares e de São Sebastião. Falámos aqui hoje das questões das bicicletas em Angra do Heroísmo, uma ideia boa mas de difícil execução. Não tenho dúvidas que os ecocentros são extremamente bons, uma das melhores ideias deste executivo camarário mas, na prática, o de São Sebastião não está a funcionar. O executivo está a trabalhar no sentido de lá colocar um sistema de videovigilância, que acho que não vai resolver a situação.

Acho que deveria haver um regulamento específico para os ecocentros porque o grande problema não é a sua utilização errada da parte das pessoas a quem, originalmente são destinados, os privados que têm «monstros» em casa, cortam a relva dos seus jardins e fazem as suas podas ou pequenas obras; o problema está na utilização por parte das empresas de jardinagem e de construção civil que enchem os ecocentros com uma velocidade extrema. O ecocentro da vila de São Sebastião fica cheio em apenas uma hora, depois começam a misturar e quando não cabe num, colocam no outro. Não me parece que a colocação de câmaras de videovigilância seja suficiente para se resolver a situação, por isso seria muito bom que houvesse um regulamento.

Quanto aos problemas causados pelo furacão Lorenzo na orla entre São Sebastião e São Mateus, não sei se está prevista alguma intervenção no chamado Forte da Salga que tem um valor histórico muito grande, onde caiu lá um bocado, por isso seria uma mais-valia que aquele local fosse intervencionado.

Sr. presidente da Câmara – O mau funcionamento dos ecocentros é uma situação que tem preocupado a Câmara Municipal. Como disse o senhor presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, neste momento está a decorrer o processo para que seja instalada videovigilância nesses espaços e o regulamento existe sob a forma de lei.

É proibido às empresas, particularmente as de construção civil, a deposição de entulhos e outros materiais ali; há multas pesadas, a GNR é a entidade competente para fazer essa fiscalização e a colocação de câmaras de videovigilância vai permitir identificar quem lá foi.

Trata-se de uma infração ambiental grave que é punida com coimas de muitos milhares de euros, uma matéria que ficará devidamente resolvida.

A segunda questão tem a ver com tarifários. Temos na TERAMB, um tarifário para receção de resíduos de construção e demolição, que é mais baixo do que o que as empresas praticam. Estão a entregar nos ecocentros e na TERAMB, material que não deviam, e para acabar com esta via ilegítima de injeção de resíduos, houve um acerto no sentido de pormos o preço igual aos privados.

Estão a ser dados estes dois passos e coloco boa expectativa nas câmaras de videovigilância. Sendo possível identificar os infratores e comunicando à GNR, o assunto passará a ter outro carácter. O senhor presidente da Junta de Freguesia tem toda a razão porque a pressão é muito grande, já que estamos a servir dois concelhos, porque os nossos vizinhos do outro lado da fronteira não têm ecocentro e desde a Aqualva até São Sebastião, vão todos depositar ali os resíduos. O mesmo acontece nos Altares, mas muito menos porque há menos gente.

A proteção da orla costeira é um assunto complexo porque as verbas para os danos provocados pelo furacão Lorenzo já acabaram; usámos tudo a que tínhamos direito e não há mais. A proteção costeira não é da responsabilidade municipal e deveria ser feita em colaboração com o Governo Regional, como aconteceu em São Mateus, e neste momento há uma grande necessidade de resolver um problema nos Salgueiros. A estrada que fica em cima está a ficar perigosa porque há erosão na base daquela escarpa do lado da Praia da Vitória. Já alertámos as Obras Públicas sobre a situação e gostaríamos de ter um cofinanciamento da região para podermos fazer ali uma obra.

Temos ainda dois lugares por resolver no Porto Judeu, um deles muito complexo na Ponta Gorda porque há habitações naquela zona. O assunto é muito sério e na melhor das hipóteses, estamos a falar em três milhões de euros de investimento para proteger aquele litoral. O Governo Regional já foi informado e a situação consta nos memorandos que foram enviados à Assembleia Legislativa Regional.

Temos também um pedido urgente feito relativamente à proteção na zona das Mercês na Feteira, onde é preciso compatibilizar uma questão que tem a ver com a entrada ali do cabo submarino. Estamos à espera que o Governo Regional nos responda, porque basta um bocadinho de mar para cortar a Estrada Regional com pedras. É preciso resolver urgentemente o assunto, que não depende apenas de nós nem desta Assembleia, depende da relação com o Governo Regional e tentaremos encontrar as soluções adequadas.

Sr. d. m. José Toste – Como foi referido pelo senhor presidente da Câmara, este é um orçamento de final de um ciclo de doze anos de estabilidade, de redução da dívida e da estabilização das contas públicas municipais. Doze anos, durante os quais houve sempre uma abertura a propostas, independentemente da sua proveniência. As boas propostas sempre tiveram acolhimento nos orçamentos municipais e este não é exceção, como se pôde verificar pelas duas propostas da Coligação que foram aceites e pela solução alternativa que o município conseguiu para uma terceira proposta, numa fase em que é necessário aferir a necessidade de um nadador salvador a tempo inteiro.

Foram doze anos em que este executivo trabalhou para os angrenses, melhorando a vida das pessoas e garantindo a sustentabilidade e o futuro do município. Temos perante nós uma proposta de orçamento que coloca as boas contas públicas municipais em primeiro lugar quando, por vezes, as divisões políticas e partidárias artificiais são exacerbadas e desnecessárias.

Este executivo optou por uma postura de conciliação na apresentação de um orçamento que apoia igualmente as freguesias do concelho, independentemente das suas cores partidárias. Um orçamento que marca também o arranque do mercado municipal, uma obra prioritária há muito desejada pelos munícipes e por todos os que têm assento nesta Assembleia Municipal.

De destacar também uma outra prioridade que transita do ano passado, que são os investimentos na estrutura rodoviária. Julgo que até ao próximo mês de abril haverá espaço para o lançamento de investimentos nesta área.

O ponto essencial deste orçamento é o facto de não aproveitar este fim de ciclo para contrariar o que foi feito nos últimos doze anos, reduzindo a dívida pública, concluindo investimentos que estavam previstos desde o início, garantindo a sustentabilidade financeira do município e o futuro do concelho de Angra do Heroísmo.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Este é realmente o último orçamento do mandato deste executivo camarário. Lembro que o grupo municipal da Coligação votou contra o primeiro orçamento deste executivo por se tratar de projetos que não alinhavam nas mesmas bases e o orçamento de quem ganhou as eleições não era o orçamento de quem as propunha ganhar, mas perdeu. Votámos contra o primeiro com toda a naturalidade, algumas vezes com base em opções doutrinárias, e a partir daí temo-nos absterido no segundo, no terceiro e vamos abster-nos também no quarto orçamento.

Esperamos que este seja efetivamente um final de ciclo de 28 anos. Há 28 anos que esta Câmara Municipal tem a mesma orientação política e é expectativa natural, que haja alternância democrática ao fim de todo este tempo.

Em relação a este último ciclo de doze anos, temos que reconhecer que o atual executivo camarário deixa uma herança muito melhor do que a que recebeu, algo que tem que ser reconhecido como mérito, porque há uma situação financeira equilibrada. Concordámos aqui muitas vezes – o que é mais fácil ao nível local – e discordámos em muitas outras acerca de algumas opções, mas no geral não nos custa aceitar que a herança de um próximo executivo camarário será bem melhor do que aquela que, há doze anos, o atual presidente da Câmara recebeu. Queremos distinguir esse facto, que é o equilíbrio das contas públicas, mas muita água benta afoga o santo. Não querendo chamar ao senhor presidente da Câmara, Santo Álamo, também não quero afogá-lo com demasiada água benta.

Não sei se partilhamos a mesma frustração, mas afirmo a frustração desta bancada em relação ao tempo em que o processo do mercado municipal, com implicações no estacionamento, andou para a frente e para trás. Se calhar, partilhamos a mesma frustração. Apesar da complexidade de um processo com barbas que vem de anteriores executivos camarários, de anteriores presidentes de Câmara, espero ver um sinal do início das obras

antes do final deste mandato, porque acho que o senhor presidente da Câmara o mereceria. É realmente uma frustração, o facto de ainda não termos chegado lá.

Não com a mesma gravidade temporal, também o Centro Interpretativo nos deixa alguma frustração. Está pronto há dois ou três anos, mas o edifício e o mobiliário não são o Centro Interpretativo; neste momento, aquilo podia servir para centro interpretativo ou para outra coisa qualquer, como aliás, está a servir. É meritória a recuperação de um edifício histórico na cidade, mas o Centro Interpretativo provavelmente não será para o mandato deste senhor presidente da Câmara, apesar de ele o merecer. Se calhar, é mais uma frustração que partilhamos. Talvez fosse possível também já ter chegado mais longe, até pelas confusões que tem lançado, se o teto deve ser de ferro ou de madeira, se a porta deve ser de esferovite, se o anúncio pode ser para fora ou para dentro, se deve ser auto iluminado ou iluminado de outra forma, questões que subjugaram eventualmente a outras urgências, algo que não vimos resolvido até agora.

Para terminar, deixo um cumprimento ao senhor presidente da Câmara e ao seu executivo, aos membros da maioria e aos membros da oposição porque penso que, todos em conjunto, fizeram um excelente trabalho. Um cumprimento ao senhor presidente da Câmara pela herança que deixa, uma manifestação de frustração em relação a projetos emblemáticos para o próprio executivo e um cumprimento também ao próximo – que espero ver resultante de uma alternância democrática – pela herança melhor que receberá. Que seja mesmo o final de um ciclo de 28 anos e espero ter utilizado a quantidade de água benta adequada para incensar o santo sem o afogar.

Sr. presidente da Câmara – Começo por agradecer a generosa dose de água benta que fui recebendo. Muito obrigado, senhor deputado. É verdade que algumas coisas são frustrações, outras não, mas a vida é assim e não se consegue fazer tudo o que se quer.

Na altura em que aqui cheguei e vamos a caminho dos doze anos, tínhamos um conjunto de projetos estruturantes, dos quais apenas o mercado municipal ainda não teve execução plena, mas muito se ganhou com a demora na localização e com a possibilidade de se adquirir terrenos através de uma abertura da parte da Diocese, que nunca tinha acontecido. O novo mercado, em particular o estacionamento, tem uma área bastante mais extensa porque nos foi possível adquirir os terrenos laterais ao Seminário, que muito vieram beneficiar o projeto, que é muito melhor do que o que tínhamos quando se iniciou esta caminhada.

Como não quero ficar com a água benta toda para mim, tenho que dizer que, em boa parte, a celeridade e o bom andamento deste processo também se deve à, aqui senhora vereadora, mas ali senhora Diretora Regional Sandra Garcia, que fez um excelente trabalho para que as coisas corresse com celeridade. Muito se lhe deve, porque as coisas não correram tão bem assim em versões anteriores. Transfiro um bocadinho ali mais para baixo, uma boa parte da água benta que o senhor deputado me deu, porque também é merecida. Mais uma vez, obrigado senhor deputado. Quanto à questão dos 28 anos, prepare-se para 56. Muito obrigado.

O Orçamento foi aprovado por maioria, com 28 votos a favor, sendo 20 do Partido Socialista e 8 da coligação PPD/PSD.CDS/PP.PPM, 9 abstenções da coligação PPD/PSD.CDS/PP.PPM e 1 voto contra da coligação PPD/PSD.CDS/PP.PPM. (72/2024/AMAH).

Interrupção dos trabalhos para almoço.

1.9 – Classificação como tradicionais das seguintes manifestações taurinas, a pedido da Junta de Freguesia da Vila de São Mateus da Calheta:

Tourada do Biscoitinho - realiza-se na Rua da Boa Viagem, Rua da Rocha, Rua do Saco e Rua do Biscoitinho, há, pelo menos, 15 anos, no âmbito das Festas de Santo António do Porto de Pescas da Vila de São Mateus da Calheta, sendo promovida pela respetiva comissão;

Tourada da Terra Alta - realiza-se na Estrada Regional 2-6, no lugar Ao Cantinho, há mais de 15 anos, no âmbito das Festas do Império do Cantinho, sendo promovida pela respetiva comissão.

Para aprovação do órgão deliberativo, nos termos do n.º 1, artigo 45.º do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2023/A, de 11 de maio.

Sr. presidente da Câmara – A Junta de Freguesia de São Mateus apresentou em devida altura esta proposta que cumpre todos os requisitos legais dentro do que está definido pelo respetivo decreto legislativo regional. Se esta Assembleia assim o entender, estamos em condições de aprovar a inclusão destas duas touradas à corda na lista das touradas tradicionais do concelho de Angra do Heroísmo, dado que se realizam há mais de quinze anos de forma consecutiva.

Aprovado por unanimidade. (73/2024/AMAH).

Sr. presidente da Câmara – Solicito ao senhor presidente da Mesa que debatamos em conjunto os pontos 1.10 até 1.15 inclusive, porque tudo isto acaba por confluir no funcionamento da TERAMB.

Sr. presidente da Mesa – Podemos discutir estes pontos em conjunto mas votá-los-emos separadamente.

Sr. presidente da Câmara – Com a permissão do senhor presidente da Mesa, coloco estes pontos da Ordem de Trabalhos à consideração dos senhores membros da Assembleia Municipal.

A questão do tarifário da TERAMB é talvez a que maior importância tem e está aqui para conhecimento da Assembleia. Tal como na Câmara, na TERAMB optámos por manter o tarifário em vigor nos anos anteriores, fazendo apenas um acerto em relação aos resíduos de construção e demolição pelas razões que aponte há pouco, no sentido de termos o preço da TERAMB em linha com os preços das empresas privadas para evitar que os empreiteiros vão depositar os resíduos na TERAMB para depois os colocarmos no destinatário final, visto que a

empresa não está licenciada para receber em permanência, resíduos da categoria RCD (Resíduos de Construção e Demolição).

São também feitas aqui alterações em relação aos resíduos perigosos e com elevado teor de água que nos causam grandes dificuldades na gestão; podem imaginar o que acontece quando nos aparece leite para ser queimado. Os valores estão a ser ajustados para se evitar que isto aconteça, mas no que interessa aos nossos municípios, os preços mantêm-se iguais ao ano passado.

Quanto ao plano de atividades, no ano 2025 a TERAMB terá que proceder a duas intervenções relativamente caras, uma no sistema de queima onde é feita a incineração e outra na revisão geral da turbina que produz eletricidade. Estas intervenções implicarão um investimento na casa dos 1,4 milhões de euros, mas fazem parte da manutenção periódica do equipamento. Felizmente, a TERAMB tem este dinheiro e os valores estão devidamente acautelados no orçamento.

No que diz respeito ao Ponto 1.12, vamos manter o contrato entre os municípios na estrutura que vem sendo comum, ou seja, a TERAMB faz a gestão de todos os resíduos que lá são entregues em relação aos retomadores e ao destino final.

Nos últimos anos, por razões de tesouraria, a TERAMB tem feito um empréstimo de curto prazo no valor de 250 mil euros devido a atrasos nos pagamentos, um problema que, infelizmente, afeta muitos setores da nossa economia. Muitos dos utilizadores da TERAMB demoram muito a pagar, por isso precisamos de um apoio financeiro para evitarmos atrasos nos pagamentos da própria TERAMB. Este empréstimo é feito com um prazo anual, portanto não aumenta o endividamento da empresa, é apenas uma conta corrente.

O relatório de contas do segundo trimestre já está profundamente ultrapassado porque, entretanto, já temos a indicação do que se espera relativamente aos valores finais e tudo indica que acabemos o ano com um resultado positivo na casa dos 140 mil euros. Não é muito, mas é o suficiente para mantermos a empresa solvente e evitarmos o pagamento de muitos impostos.

Diria que a TERAMB está numa boa situação financeira e possui os meios necessários para proceder, no ano 2025, à revisão dos dez anos. É uma das poucas empresas deste setor que apresenta bons resultados, por isso quero também agradecer o esforço e o trabalho de quem lá desempenha funções, em particular a gestão da empresa, que tem sido exemplar. O custo que pagamos por tonelada na entrada de resíduos na TERAMB é cerca de $\frac{1}{3}$ ou $\frac{1}{4}$ do que se paga a nível nacional, e mesmo assim temos lucro, enquanto existem outras empresas de igual teor a cobrar preços muito mais elevados e com resultados negativos. É de louvar o excelente trabalho que a equipa da TERAMB tem feito, contribuindo para o seu bom funcionamento.

1.10 – Tarifário da Teramb, EM, para 2025, para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (74/2024/AMAH).

1.11 – Plano de Atividades e Orçamento da Teramb, EM, para 2025, para aprovação do órgão deliberativo nos termos da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

O documento foi aprovado por unanimidade. (75/2024/AMAH).

1.12 – Minuta de contrato programa entre a Teramb, EM, e os Municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, para o ano de 2025, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

A minuta de contrato programa foi aprovada por unanimidade. (76/2024/AMAH).

1.13 – Pedido da TERAMB, EM, para contração de um empréstimo de curto prazo, cujo objetivo é antecipação de receitas ou fundo de maneo de tesouraria, no montante de 250 000,00 €, para autorização do órgão deliberativo, nos termos da alínea e) n.º 2, artigo 12.º dos estatutos daquela empresa.

O Pedido foi autorizado por unanimidade. (77/2024/AMAH).

1.14 – Relatório da Teramb, EM, relativo à Gestão e Contas do 2.º trimestre de 2024, para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (78/2024/AMAH).

1.15 – Comunicação da Teramb, EM, respeitante à previsão de resultados para o encerramento de 2024, para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (79/2024/AMAH).

1.16 – Listagem para nomeação dos Juizes Sociais do Município de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo, nos termos dos artigos 33.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78 de 30 de junho.

Sr. presidente da Câmara – Existe um requisito legal de nomeação de uma lista de Juizes Sociais, pessoas que constam numa lista que está junto do tribunal, que o juiz poderá chamar como assistentes ou consultores. Estas pessoas não vão dar sentenças, apenas participam em processos judiciais que têm a ver com situações de natureza eminentemente social, relacionadas com crianças, famílias, etc. Teoricamente, deveríamos ter feito esta lista no início do mandato mas houve um esquecimento da nossa parte e fomos chamados à atenção pelo tribunal. A verdade é que, muito raramente estas pessoas são chamadas, como aconteceu nos últimos três anos, até que finalmente alguém foi chamado e a lista não existia. As pessoas que constam nesta lista são essencialmente técnicos com formação na área social que trabalham em IPSS ou noutras instituições sociais, já que se trata de um trabalho muito especializado na área das suas atividades.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Embora não seja um recurso muito utilizado, considerando a complexidade das temáticas abordadas, deixo a sugestão que seria benéfico que esta lista contemplasse a formação destes profissionais que desempenharão cargos de Juízes Sociais, à qual tivéssemos acesso na «nuvem». Gostaria de saber qual o critério que foi adotado pela Câmara Municipal para nomear estas pessoas e não outras, para exercerem este serviço público.

Sr. presidente da Câmara – Senhora deputada, neste caso a lista foi difícil de elaborar porque a maior parte das pessoas não tem interesse em participar, por isso foi feita uma proposta pelos membros do serviço social da Câmara que, basicamente, contactaram os colegas de outros serviços sociais até perfazerem a lista. Se repararem, os suplentes são praticamente todos funcionários da Câmara Municipal.

Esta lista estará em vigor por um período relativamente curto até ao ano que vem e será preciso criar outra logo a seguir às eleições autárquicas. A senhora deputada tem toda a razão e não faria mal nenhum, que lá constassem também os currículos. Creio que todos conhecemos toda a gente que faz parte da lista e não será muito difícil perceber quem é quem, mas fica o reparo que será tido em conta.

A Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovou a listagem dos Juízes Sociais em causa. (80/2024/AMAH).

1.17 – Listagem dos processos de execução plurianual e que foram objeto de autorização prévia genérica, para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Esta listagem e a outra que foi referida no início relativamente às participações da Câmara Municipal, corresponde a compromissos que, previsivelmente, vão transitar para anos futuros. O que aqui consta são basicamente obras que estão em curso, que não ficarão integralmente pagas até ao dia 31 de janeiro. É um requisito legal, dar conhecimento à Assembleia Municipal dos compromissos em curso, que nada têm de particularmente complexo.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Gostaria de saber por que razão não consta na «nuvem», a aquisição de serviços de eliminação de infestantes em pavimentos através da aplicação de herbicida na cidade e qual o preço contratualizado. Ao contrário do ano anterior, neste documento não consta um compromisso contratual para assegurar a leitura do sistema de água, uma situação trazida anteriormente à Assembleia Municipal pela bancada da Coligação.

Em tempos foram imputados custos avultados aos consumidores de água e houve dificuldade nas leituras atempadas, além de uma prestação de serviços que não correu bem, e na altura o senhor presidente da Câmara referiu que estavam a apostar na aquisição de contadores inteligentes. Quero perceber o ponto da situação desta substituição dos contadores de água por contadores inteligentes, para quando se prevê a abrangência de todo o concelho e se os processos dos custos avultados aplicados aos consumidores, foram todos resolvidos e sanados.

Sr. presidente da Câmara – O preço está lá, o que não está é o contratante, mas já pedi que me trouxessem essa informação. O contrato refere-se à aplicação de herbicida e limpeza de ervas em espaços públicos nas zonas que não estão atribuídas às juntas de freguesia e temos várias empresas que fazem esses serviços.

Sr. vereador Paulo Lima – Boa tarde senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e caros colegas do executivo, senhoras e senhores deputados municipais.

Este ano fizemos uma aquisição de cerca de 200 mil euros em contadores de água inteligentes, instalámos cerca de quatro mil, faltando instalar, salvo erro, quinhentos ou seiscentos. Temos cerca de catorze mil utilizadores e vamos adquirir mais contadores inteligentes em 2025, mas é preciso ter em atenção que não é possível instalá-los em algumas zonas do concelho porque é necessário que haja cobertura de rede.

Apesar de ter havido uma redução, continuamos a resolver algumas situações pontuais relativas aos descontos nas faturas devido aos tais valores elevados e o número de reclamações é muito inferior ao que aconteceu há uns tempos. Contratámos outra empresa que apresentou uma candidatura para a prestação do serviço de leituras dos contadores, cujo nome não me lembro de momento; as coisas têm corrido bem e vamos dar continuidade a essa prestação de serviços no ano 2025.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (81/2024/AMAH).

1.18 – Anuário dos Municípios 2023, para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Esta é apenas uma informação para conhecimento deste órgão, da situação financeira do município e do seu enquadramento a nível global. Já vos tinha falado esta matéria no início desta sessão e não há nada a acrescentar. É um documento longo e extenso que vale a pena analisar e está também disponível na internet em versão aberta. O que dali ressalta é que o nosso município está bem com uma situação financeira equilibrada sem qualquer reparo no documento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (82/2024/AMAH).

1.19 – Relatório intermédio sobre o trabalho realizado até 30-06-2024 pelos auditores Santos Vaz & Trigo – SROC, para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Esta é a empresa de auditoria que faz a certificação das contas do município. Como é de lei, apresenta um relatório intercalar a meio do ano, no qual nada consta que deva merecer qualquer reparo ou ação. A auditoria das contas do município está a decorrer com toda a normalidade.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (83/2024/AMAH).

1.20 – Ata da reunião do Júri do Prémio Literário Álamo Oliveira, bem como adenda à citada ata, para apreciação pelo órgão deliberativo das recomendações constantes da ata.

Sr. d. m. José Toste – No seguimento das sugestões de alteração apresentadas pelo júri, o grupo municipal do Partido Socialista propõe a constituição de um grupo de trabalho para efetuar a revisão do respetivo regulamento.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Para dar acordo à proposta do senhor deputado municipal José Miguel Toste, a bancada da Coligação entende também que se pode formar um grupo de trabalho, bastando talvez uma pessoa de cada bancada municipal.

Sr. presidente da Mesa – Esta sugestão surgiu na sequência de um conjunto de senhoras e senhores deputados municipais que se associaram e trabalharam. Penso que se poderá considerar quem esteve na origem deste processo, adaptando as sugestões provenientes do júri a uma outra proposta da Mesa, na sequência do que o senhor presidente da Câmara referiu na reunião de Conferência de Líderes acerca da pronúncia desta Assembleia sobre na revisão deste regulamento com a possibilidade de se editar as obras dos vencedores do prémio ou de quem tenha menções honrosas. Peço que esse grupo de trabalho tenha isto em consideração e apresente à Assembleia Municipal, que depois se debruçará sobre o assunto.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Temos várias pessoas de literatura no concelho que não são propriamente escritores e talvez fosse aconselhável que os elementos do júri não fossem concorrentes ou escritores. Uma coisa é poder concorrer, a outra é julgar-se uma obra do ponto de vista do escritor e não do leitor. As obras devem ser julgadas do ponto de vista do leitor ou de alguém de literatura; como temos aqui alguém formado nessa área, essa avaliação seria mais neutra. Não se trata propriamente de um julgamento entre pares, é um julgamento da comunidade ou dos leitores sobre obras literárias. É melhor que haja representantes de leitores ou gente que saiba de literatura, em vez de se estabelecer um padrão. O Joel Neto é um ótimo escritor mas, se fizer parte de um júri, o padrão é ele. Há aqui algo estranho na constituição deste júri.

Sr. presidente da Mesa – Lembro que alguns elementos do júri foram nomeados por esta Assembleia, que é soberana. Um júri foi nomeado, o outro foi indicado pela Câmara Municipal de acordo com o que consta no regulamento, e não houve qualquer atropelo, se me permitem o termo.

Sr. d. m. Rogério Sousa – Muito boa tarde, senhor presidente da Assembleia e senhoras secretárias da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Esta é uma questão que foi também levantada quando os docentes foram avaliados por colegas docentes, em que nos avaliámos uns aos outros numa lógica formativa, trabalhando todos no mesmo. O Joel Neto, apesar de ser escritor, é também dono de uma livraria, já foi jornalista e penso que foi indicado pela vossa bancada, por isso estranho a referência.

A não atribuição do prémio não significa que o projeto não seja bom. Uma das sugestões que este júri propõe é que não podem concorrer obras já publicadas, algo que poderá eventualmente ser discutido pelo grupo de trabalho, e a sugestão é que se possa concorrer com obras já publicadas. Penso que foram analisadas dezasseis obras inéditas que temos em cima da mesa. Na minha opinião, o facto de o autor ser escritor, acaba por ser uma mais-valia na análise, até porque os membros do júri não podem concorrer porque estariam em causa própria.

Gostaria de deixar claro que é importante que se reveja este regulamento que, em boa parte, foi criado com base numa ideia de participação e, se calhar, não haverá tanta gente a escrever e a participar. Temos que fazer alguns ajustes no regulamento para não chegarmos ao fim de um processo de avaliação com um número insuficiente de obras com qualidade para serem premiadas.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Por questões práticas e depois de alguns sinais de bandeiras com o meu colega José Miguel Toste, penso que estaremos em condições de adiantar trabalho, indicando desde já a senhora deputada municipal Luísa Barcelos e o senhor deputado municipal Rogério Sousa para fazerem esse trabalho de avaliação da opinião do júri e de uma eventual revisão do regulamento.

Sr. presidente da Mesa – Considero a sua intervenção, um requerimento à Mesa, por isso ponho à consideração e aceitação imediata sem votação, a indicação destes dois deputados municipais para fazerem este trabalho. Não havendo votos contra nem abstenções, estão democraticamente nomeados para reverem o regulamento, os senhores deputados municipais: Luísa Barcelos e Rogério Sousa.

A Assembleia Municipal apreciou os documentos em causa e deliberou, por unanimidade, a constituição de um grupo de trabalho para revisão do Regulamento do Prémio Literário, tendo ficado nomeados os deputados municipais Rogério Sousa e Luísa Barcelos. (84/2024/AMAH).

2 – DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

2.1 – Documento da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira, enviado à Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, respeitante ao encerramento da estrada do Raminho, para análise.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Esta Assembleia Municipal tem demonstrado um elevado sentido de responsabilidade nesta matéria. Ainda muito recentemente aprovámos aqui por unanimidade uma pronúncia por iniciativa própria para a urgência na requalificação do troço da Estrada Regional. Mantemos, por parte da bancada da Coligação, a coerência e a firmeza dessa posição, que é também vertida no documento que aqui estamos a apreciar, sem recorrer a alarmismos nem tricas partidárias.

Entendemos ser urgente e prioritária a requalificação da via, garantindo sempre todas as condições de segurança para a circulação de pessoas e bens. Entendemos também a

necessidade de os envolvidos, que decidiram sobre o encerramento da estrada, se entenderem agora também no processo de requalificação para a sua reabertura. O que está em causa é demasiado sério para tricas político-partidárias e jogos de bastidores.

Sr. presidente da Câmara – Esta é, de facto, uma questão demasiado séria para tricas partidárias e para nos andarmos constantemente a esconder atrás de coisas que não existem.

A estrada foi fechada por razões de segurança e nesse mesmo dia foi entregue à sua entidade gestora para que fizesse a devida avaliação, se a deveria abrir ou não, e a responsabilidade do município terminou nesse momento. A Secretaria Regional competente resolveu trazer, e bem, os técnicos do Laboratório Regional de Engenharia Civil, a partir daí, este assunto ficou integralmente à conta do Governo Regional e não houve qualquer intervenção do município, a não ser no sentido de forçarmos para que as coisas se resolvessem. Continuar com esse discurso, que as entidades fecharam e que a Câmara fechou, é prestar um mau serviço a quem vive no Raminho e na Serreta e a todos os que precisam de usar aquela estrada.

Senhora deputada, tenhamos isto na clareza absoluta. A estrada ficou fechada naquele dia e muito bem e a partir daí, cabe ao Governo Regional decidir se a mesma tem condições de segurança. Não sou geotécnico e muito menos, trabalho para o Governo, por isso não me cabe avaliar a segurança da estrada. O Governo Regional avaliou com os seus técnicos, que são credíveis, concluiu que a estrada devia permanecer fechada, eu concordei e penso que todos concordámos; o que não podemos concordar, é que esteja quase a fazer um ano e a estrada continue fechada, quando tivemos um verão inteiro para resolver a situação. Numa situação daquela complexidade, percebo que a obra não pudesse ter começado em janeiro ou em fevereiro deste ano, mas poderia ter começado em março ou abril ou em qualquer um dos meses seguintes até dezembro.

A obra começou e depois parou, por razões que ainda não consigo entender. Quando estávamos a 90 % de execução, para-se a obra, ao que parece, só porque alguém diz que um terreno é privado. Isso faz-se? É óbvio que não se faz.

Referindo-se a uma estrada em São Miguel, a senhora Secretária Regional disse um destes dias que o interesse público tinha que prevalecer sobre o interesse privado, mas aparentemente esta é uma ideia que tem delimitação geográfica; vale em alguns sítios, mas já não vale nos outros, algo que não podemos aceitar.

Esta é uma questão que põe em causa a segurança de milhares de pessoas, para não falar nas questões de economia e de comodidade, uma responsabilidade que é integralmente do Governo Regional. Não temos que nos entender ou deixar de entender e esse é um discurso de quem pretende sempre esconder-se atrás dos outros. O município fez o que tinha que fazer e, inclusivamente, ofereceu-se para ajudar a resolver o problema por contrato ARAAL, se fosse caso disso, mas o Governo, com toda a legitimidade, entendeu que não era assim.

Aquela é uma estrada regional da responsabilidade integral do Governo Regional, tanto na sua abertura como foi no seu fecho. O fecho foi feito pela Câmara em menos de 24 horas – porque não sabíamos o que poderia acontecer – e a Secretaria foi rapidíssima porque no dia

seguinte de manhã já lá estavam os técnicos, que fizeram a sua avaliação e bem, dizendo que não havia condições de segurança para se abrir a estrada. A partir da madrugada do dia 15 de janeiro, já lá vai quase um ano, a responsabilidade passou a ser integralmente do Governo Regional.

Não há entendimentos nem divisão de responsabilidades porque cada um deve assumir as suas. A Câmara assume as suas responsabilidades e eu não me escondo atrás do Governo para não assumir o que tenho que assumir, da mesma maneira que o Governo não pode fazer o contrário. Esse é um discurso profundamente errado de quem não tem coragem de assumir que o seu governo não fez o que tinha que fazer e quer dividir responsabilidades com os outros; não há responsabilidades para dividir. Aquela estrada tem um gestor bem definido que é o Governo Regional, por isso é que se chama Estrada Regional. O Governo Regional faça o que entender, mas não tente disseminar responsabilidades que não podem ser disseminadas.

Nem que fosse uma hora depois de a ter fechado, o Governo Regional tinha toda a legitimidade para abrir a estrada, porque é o seu gestor, da mesma maneira que aconteceria com a Câmara Municipal caso se tratasse de uma estrada municipal. Não interferimos na vida dos outros, portanto o Governo Regional que faça o que tem que fazer.

Uma outra questão que muito me preocupa a respeito deste assunto é o caminho alternativo que, como sabem, é muito difícil, tem um traçado muito complicado e perigoso e neste momento está em muito mau estado porque as chuvas levaram uma boa parte da bagacina que lá tinha sido colocada. Já era complicado passar ali e agora ainda mais, como pude verificar quando lá passei há dois dias, e ficará ainda pior porque, ao que parece, vão fechar aquele caminho, optando pela alternativa de subir o Pico Carneiro e descer o Pico Rachado. É preciso não esquecer que há muitos lavradores do Raminho e dos Altares que têm terrenos na Serreta e todos os dias quase vão ter que dar a volta à ilha para chegarem ao outro lado.

A obra começou bem e durante este verão houve tempo suficiente para se abrir este caminho transitoriamente para permitir que o outro permanecesse encerrado até que se asfaltasse, e depois invertiam-se as situações, mas não foi essa a decisão do Governo. Também sei e acho que já é público, que não há adjudicação possível da obra porque o concurso ficou deserto ou os concorrentes foram todos excluídos.

A senhora Secretária tinha dito que teríamos o caminho lá para 2026. Afinal será para 2027 ou 2028 ou vamos ficar assim durante anos a fio? Se a crise sísmica volta, o que vai acontecer? Estas situações são muito graves! Não estamos apenas a falar de algo que afeta profundamente a economia daquelas freguesias e da ilha toda, estamos a falar de algo que afeta a nossa segurança e essa é uma responsabilidade da Câmara, da qual não nos eximimos. Se algum dia for preciso evacuar aquelas pessoas, como é que o faremos com os dois caminhos fechados? Essa é que é a responsabilidade da Câmara Municipal, não é o fecho da estrada nem essas «coisinhas». Foi a esta situação que o arrastar de pés nos trouxe ao longo deste período.

Deixe que lhe diga também que foi anunciado um investimento de 400 mil euros para resolver 4,6 km de caminho. Gostaria de ter preços desses nos contratos da Câmara. Isto quer dizer que, provavelmente, vão fazer um arranjo daqueles com uma pintura de preto por cima e esperar que o caminho se parta no próximo inverno. Aos preços correntes do mercado, aquilo era para ter custado, pelo menos, três ou quatro vezes mais.

Não devemos disseminar responsabilidades nem esconder o que não pode ser escondido. A não ser que tenham conseguido um preço de amigo, o contrato que foi prometido para aquele caminho, não augura nada de bom para a segurança, e o mesmo acontece com o que está a ser feito na condução da outra obra.

Depois de o Laboratório Regional de Engenharia Civil ter feito a sua avaliação e produzido o seu relatório, algo que aconteceu algures no princípio de março, deveríamos ter tido aquela obra rapidamente em andamento porque é uma emergência. O Governo Regional, e muito bem, considerou que não seria necessário um concurso público e fez um ajuste direto para resolver transitoriamente o assunto e estava a resolver bem; porque é que parou? Já me fizeram esta pergunta mas não tenho qualquer responsabilidade nem conhecimento do assunto. Vou sendo informado das comunicações internéticas e é preciso evitar a todo o custo, esta tentativa constante de se dizer que a Câmara é que mandou fechar a estrada. «Se a Câmara mandou fechar, a Câmara que mande abrir.» A Câmara não pode mandar abrir uma estrada que não é sua. Após aquela queda de pedras, a Câmara municipal, no exercício das suas funções de segurança e de proteção civil, disse: «Façam o favor de ver o que se passa com esta estrada.» Foi isto que foi feito na manhã do dia 14 de janeiro. Na manhã do dia 15, estiveram lá os técnicos da Secretaria, a partir daí, todas as responsabilidades são integralmente da Secretaria, na abertura, no fecho, na obra e naquilo que entenderem, porque aquela é uma estrada regional.

Já tivemos muitos danos provocados em estradas municipais e pontes que caíram devido a cheias e os senhores nunca me ouviram dizer que o Governo cá viesse porque a Câmara resolve as suas situações. Aconselho vivamente que a senhora deputada diga ao seu partido que o Governo resolva também as suas questões e as resolva já porque está em causa a vida de muita gente. O assunto é sério e muito grave e a responsabilidade é integralmente do Governo Regional. Era assim que eu esperava que o Governo tratasse e esperava também que aquela energia que a senhora deputada tem em relação à variante das Capelas, fosse a mesma em relação à estrada do Raminho, que é bem mais urgente, porque está em causa a vida de muita gente.

Sr. d. m. José Toste – Este assunto foi já trazido a esta Assembleia Municipal e gerou um consenso absoluto em relação ao que deveria ser feito e quem o deveria fazer, o que é notório, dado que a pronúncia foi dirigida ao Governo Regional, e naquele momento foi absolutamente consensual a repartição de responsabilidades.

Mais do que um assunto municipal, é um assunto de ilha que é trazido a esta Assembleia Municipal de forma correta no seguimento de uma pronúncia de um Conselho de Ilha, que tem uma representação longe de ser partidária e uma atuação que, em momento algum, é condicionada por interesses partidários ou pequenos interesses de poder. Esta deve

ser entendida como uma questão entre a ilha Terceira e o Governo Regional e temos que contribuir para que a situação seja desbloqueada.

Quando ocorreu o sismo e a derrocada, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo foi a primeira a alertar para uma solução que tinha já sido encontrada nos anos oitenta e deveria ser implementada o mais rapidamente possível. Passados uns meses, o grupo municipal do Partido Socialista voltou a insistir numa solução que foi tardiamente implementada pelo Governo Regional em setembro. Por motivos que desconhecemos, ficou um terço da área por intervir e agora vem a senhora Secretária – que tem um certo histórico para com a ilha Terceira e acho que não aqui nenhuma acrimónia em dizê-lo – arranjar uma justificação para parar a obra por tempo indefinido *sine die* e voltámos à situação em que estávamos em janeiro de 2024.

Demorámos quase doze meses para ficarmos exatamente na mesma situação, que até pode ser pior, como foi aqui dito pelo senhor presidente da Câmara. Se avançarem com o asfaltamento do caminho alternativo, que o Partido Socialista afirmou desde a primeira hora ser necessário e tinha que arranjar o mais rapidamente possível, vamos ficar numa situação em que, nem a estrada principal nem o caminho alternativo poderão ser utilizados no dia a dia numa situação de catástrofe, o que é preocupante. Existe falta de interesse em resolver um problema, quando pode estar eminente uma situação de catástrofe. É isto que nos deve unir como angrenses e terceirenses, sem bandeiras partidárias.

Os órgãos de ilha devem manifestar-se para que os órgãos regionais resolvam o problema de acordo com uma solução que foi identificada. Não se percebe porque isto não avançou e estamos a discutir de novo nesta Assembleia Municipal, passados quatro ou cinco meses, uma situação que já devia estar resolvida. Começou-se tarde já em setembro, mas tudo bem, o atraso no arranque da desmatação não seria problemático, se não tivesse parado. Por que motivo o Governo Regional parou com a implementação da solução que tinha para aquela estrada regional?

Além do asfaltamento da via alternativa ou da desmatação, é preciso saber o que vamos fazer. Durante este ano avançou-se com a ideia de um concurso de conceção-construção porque, na verdade, ninguém pensou acerca do que ali terá que ser feito. Falou-se em semi-túneis e em muros de contenção, mas ninguém tem uma solução, e espera-se que os empreiteiros, com aqueles preços, não só construam uma estrada, como avancem também com uma solução que o Governo Regional ainda não foi capaz de encontrar. É verdade que a conceção-construção é um meio eficiente e célere para resolver aquele problema, mas o concurso fica deserto porque ninguém quer correr o risco de apresentar uma proposta, fazer o projeto e executar uma empreitada sem saber o que é preciso fazer ali. Podem ser estes os motivos pelos quais o concurso ficou deserto.

Mais do que os procedimentos públicos, é preciso saber porque se parou o processo de desmatação, que já começou atrasado, e parou sem qualquer tipo de justificação.

Sr. presidente da Câmara – Tirando as questões de responsabilidade que estão esclarecidas, a senhora deputada Luísa Barcelos e o senhor deputado José Toste acabaram por expressar o que deve ser o interesse desta Assembleia e da nossa ilha porque esta

situação acarreta um risco eminente para todos nós. É verdade que é um problema complicado de se resolver, mas tem soluções apontadas e precisamos delas. O que não podemos é continuar a usar isto como arma partidária, porque não é o caso, e está em causa o interesse de todos. Creio que nenhuma das forças partidárias aqui presentes e as que aqui não estão, dirão que não é assim. Estamos no mesmo campo e o que todos queremos mesmo é ver o assunto resolvido.

Não sou técnico de geotecnia, mas tenho alguns conhecimentos na área por outras razões; sei que o assunto é complexo, mas não tanto assim, e como se demonstrou pela parte que foi feita em cerca de um mês e meio, estamos a falar de uma obra de média dimensão que poderia ter sido acabada. Percebo que haja problemas de propriedade, que se resolvem comprando os terrenos, como hoje discutimos, aplicando o mesmo princípio da variante das Capelas, quando se diz que o interesse público deve prevalecer sobre o interesse privado.

As questões que dizem respeito àquela casa que está no sopé devem ser devidamente acauteladas pelos técnicos respetivos, o que já devia ter sido feito; abria-se a estrada e passaríamos a circular por ali enquanto decorresse o tratamento da estrada alternativa e se tratasse do projeto relativamente a esta, que vai demorar muito tempo.

Ao que parece, houve apenas um concorrente, que foi excluído por apresentar um preço acima do preço base. Mesmo que a obra já estivesse adjudicada, o tempo necessário para a elaboração do projeto não é compaginável com o interesse público e aquela estrada precisa de abrir já. Quanto ao que fazer a seguir, pois será resolvido a seguir e se calhar talvez nem seja preciso gastar todos esses milhões porque, afinal, a encosta é bastante mais estável do que parecia. Depois de se ter removido as árvores e as pedras, percebeu-se que é possível fazer a ripagem daquela zona, gastando-se talvez uma fração do que se previa para se criar uma estrada segura.

Em vez de andarmos aqui com desculpas e questões colaterais, é preciso que nos unamos em torno daquilo que nos interessa. Se acontecer uma erupção ou um sismo grave, espero que não venham depois dizer que o presidente da Câmara não avisou e que a responsabilidade é minha. Viram o que aconteceu com o senhor presidente da Câmara de Pedrógão Grande, que acabou num complexo processo judicial. Pois, o que aconteceu em Pedrógão é muito pouco, comparado com o que pode acontecer ali.

É preciso que fique claro que esta não pode ser uma responsabilidade que me seja imputada. Não posso depois ser responsabilizado se as pessoas não puderem sair para qualquer lado, porque desde o dia um deste incidente, que se tem estado a dizer que é urgente abrir e é urgente fazer. Já que se começou com uma solução, que se chegue ao fim com ela. Esta é daquelas situações em que se gasta o dinheiro e se para antes do fim; parou-se porquê? É isto que é preciso esclarecer e resolver e deixarmos de apontar dedos, porque os dedos têm que apontar todos na mesma direção: abrir o caminho, já! É isso que nos interessa e o que temos que defender.

Esta é uma questão muito grave para a ilha e volto a repetir que é um daqueles assuntos que não quero que fique sob a minha consciência. Um dia destes ou uma noite destas, não sabemos quando, aquela estrada pode ser um elo essencial para a vida de centenas ou de

milhares de pessoas. Que faremos se algo acontecer? É essa a preocupação que temos diante de nós, porque as responsabilidades de cada um, são de cada um.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Com todo o respeito, senhor presidente, deixo aqui o reparo que estava inscrita antes de o senhor presidente da Câmara intervir.

Certamente, não devo ter sido muito clara e não entendi o tom nem o discurso da primeira intervenção do senhor presidente da Câmara. Para que fique muito claro, não é uma questão de levar recado ou de trazer recado, do nosso Governo ou da vossa Câmara; que fique muito claro que, como muito bem referiu o senhor deputado José Miguel Toste, na 3.ª sessão no mês de junho, votámos por unanimidade uma pronúncia por iniciativa própria desta Assembleia Municipal para aferir a requalificação urgente e prioritária daquela via. Hoje, tal como em junho, mantemos a mesma posição para a urgência na requalificação do troço da Estrada Regional que liga o Raminho à Serreta, salvaguardando naturalmente a segurança na circulação de pessoas e bens.

Como o senhor presidente da Câmara muito bem sabe, porque deve visitar regularmente o troço que está impedido ao trânsito, quando se procedeu ao desmatamento, houve um conjunto avultado de pedras que caíram e destruíram um pouco da estrada.

É óbvio que todos queremos a requalificação urgente e prioritária daquela estrada, garantindo a segurança de pessoas e bens. Estamos todos do mesmo lado e os nossos interesses são os interesses da população. Não se trata de levar ou de trazer recado, o que nos interessa são os interesses da população.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Isto é parecido com Valência em que o governo regional e o governo central fogem, fica o povo e fica o rei. Acho que esta atitude é importante, agora é preciso um veículo porque estamos há um ano a conversar. Como não temos rei nem presidente da República para virem cá, temos que ter o povo. Há, de facto, uma falha de representatividade nestes casos e o povo de uma freguesia, sendo poucas pessoas, não são capazes de se manifestar; não têm peso.

O que foi afirmado há um ano, deve ser reafirmado pela Câmara, pela Assembleia Municipal, pelas freguesias envolvidas e também pelo senhor representante da República porque, *in extremis*, é ele que tem a responsabilidade de evitar que as instituições atirem as culpas umas às outras conforme as competências e os debates partidários.

Este debate é importante mas é preciso ir mais além porque, como diz o professor Álamo, o problema não está na solução técnica, mas na relação entre instituições. Estes debates começaram unidos, agora estão desunidos porque estamos próximos das eleições e é preciso reafirmar essa unidade em torno da resolução do problema que é muito clara.

Sr. d. m. Mário Cardoso (presidente da J. F. do Raminho) – Boa tarde senhor presidente da Assembleia e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

Após este período de ausência de comunicação da minha parte sobre este assunto, devo dizer que concordo com todas as razões aqui evocadas. Tenho-me mantido reservado porque,

de alguma forma, tenho acompanhado a situação mais de perto, e quando me querem dizer alguma coisa, comunicam que a estrada está assim ou que vão fazer assado.

Reconheço que a lentidão do processo ao longo de quase um ano é catastrófica para o Raminho e para a Junta de Freguesia, porque estamos sempre a ser pressionados. As pessoas perguntam-nos porque é que, todos juntos, não conseguimos fazer força para que aquilo se resolva. Tenho-me reservado a comentar no Facebook mas vejo muitos comentários e publicações das pessoas, que têm razão quando manifestam o seu desagrado perante a situação.

Tenho manifestado pessoalmente ou pelo telefone, ao senhor Diretor Regional e à senhora Secretária, o meu desagrado e as minhas críticas em relação ao assunto, mas não passa disto. A minha indignação para com eles é uma simples voz de um presidente de junta de freguesia, por isso apelo a que esta Assembleia Municipal tenha uma postura unânime em relação à ilha Terceira.

Este é o assunto mais importante que a Junta de Freguesia do Raminho tem entre mãos neste momento. Não há nada mais importante do que a abertura daquela estrada, porque as pessoas não conseguem circular à volta da ilha. Além das questões técnicas de proteção civil, a própria freguesia do Raminho está a morrer à conta de esta estrada estar fechada.

Sou pessoa de poucas palavras, fico nervoso quando falo em público e não tenho a capacidade de oratória das pessoas que ouvi aqui. Concordo com o senhor presidente da Câmara e reitero as suas palavras, porque é inadmissível que aquela estrada continue fechada e é urgente abri-la. Percebo as justificações técnicas que me apresentam mas não posso concordar com eles em relação à demora para a resolução do problema.

É a primeira vez que falo em público a respeito deste assunto e era isto que queria transmitir. Quero manifestar que a Junta de Freguesia do Raminho está extremamente desagrada com a situação criada e com a inércia em relação a este assunto. Muito poderão ter feito, mas não aparece e as pessoas estão revoltadas porque o assunto não se resolve em tempo útil.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Acho que de repente se transformou isto numa tempestade de copo de água, porque não vi que ninguém discordasse no essencial, e agradeço muito a intervenção do senhor presidente da Junta de Freguesia do Raminho Mário Cardoso. Sendo a sua primeira intervenção, merece nota vinte e não poderia ter começado de melhor maneira; ponha as reservas para trás das costas porque saiu-se muito bem.

Acho que houve aqui um problema de emissão-receção. Posso testemunhar pessoalmente que, se há pessoa empenhada na questão da estrada do Raminho, essa pessoa é a minha colega Luísa Barcelos por ter nascido e vivido no Raminho, além de muitas outras razões. Não digo que, eventualmente, a linha entre a Terceira e São Miguel estivesse com problemas, mas talvez a comunicação entre a senhora deputada Luísa Barcelos e o senhor presidente da Câmara tenha tido algumas interrupções a meio do caminho. A minha colega de bancada referiu que esta questão está realmente acima de quaisquer guerras de bastidores e o senhor presidente da Câmara foi igual a si próprio; é conhecido por ter umas furiazinhas e

umas raivinhas de estimação de vez em quando. Não sei se é o que acontece com São Mateus, mas são umas raivinhas de estimação.

Para utilizar uma expressão que ficou na gíria, todos, todos, mas mesmo todos, temos a mesma visão em relação ao processo da estrada do Raminho. Ninguém mudou de posição em relação a discussões anteriores, todos consideramos este assunto uma urgência e já dissemos aqui que, se fosse noutra ilha, já estaria resolvido; portanto, estamos todos sintonizados nesta matéria.

Não tenho a vossa capacidade de seguir as comunicações internéticas, como disse o senhor presidente da Câmara, portanto sou uma pessoa feliz porque não vivo dessas amarguras ou desencantos. Ando fora das comunicações internéticas e o que me interessa são as comunicações dentro desta casa, onde não tenho nada a discordar com o senhor presidente da Câmara, com o senhor deputado José Miguel Toste, com o senhor presidente da Junta de Freguesia do Raminho Mário Cardoso, com a senhora deputada Luísa Barcelos ou com o senhor deputado Tomás Dentinho. O que me interessa é que esta questão se resolva porque os nossos dedos apontam na mesma direção. O que me interessa é a operacionalização de uma posição forte desta Assembleia Municipal que não dê margem a quaisquer segundas interpretações, a jogos de bastidores ou ao que quer que seja, com um texto muito claro que, se possível, manifeste por unanimidade que consideramos inaceitável a situação tal como está. Assim como foi afirmado pelo Conselho de Ilha da Terceira, também nós consideramos inaceitável a continuação desta situação.

Também não sou geotécnico, engenheiro ou geofísico, o que sei é que não aceitamos as interrupções, as dúvidas, os adiamentos nem o empurrar com a barriga. A questão não é sequer do Raminho porque, se fosse, o senhor presidente da Junta de Freguesia estava tramado; é uma situação do concelho de Angra do Heroísmo e da ilha Terceira.

Não tenho dúvidas que a resposta à situação deve vir do Governo Regional através do departamento competente e não da Câmara Municipal de Angra que, quando muito, pode dar a colaboração que lhe for pedida, e é bom que dê, mas não é da sua responsabilidade direta. Não sei se isto vai sair nas internéticas, mas aqui está dito.

Por comum acordo na reunião de Conferência de Líderes, titulámos este ponto para, de alguma forma, ir buscar energias ao Conselho de Ilha. Acho que deveria sair daqui uma pronúncia para o Governo Regional, reforçando a posição que foi tomada pelo Conselho de Ilha. Estou disposto a colaborar com o senhor presidente da Mesa e com a maioria desta Assembleia Municipal para redigirmos um texto sem quaisquer reservas, procurando evitar problemas de comunicação ou até interferências das flores que estão no meio da mesa.

A nossa posição é muito clara. É a posição de um membro da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, a posição do senhor presidente da Junta de Freguesia do Raminho, a posição do senhor presidente da Câmara Municipal e do respetivo executivo e a posição da maioria do grupo municipal do Partido Socialista. Nestes termos, estamos dispostos a enviar as cartas que forem necessárias, sem meter nisto o senhor representante da República nem o senhor presidente da República. É preciso tornar muito claro que esta é uma posição unânime e estamos fartos de conversa.

Sr. presidente da Câmara – Concordando integralmente com a intervenção do senhor deputado Carlos Costa Neves, se calhar não seria mau transformarmos este nosso debate numa pronúncia desta Assembleia e a enviássemos à presidência do Governo, pedindo que esta matéria fosse apreciada com urgência, porque já não é apenas uma questão de uma Secretaria e tem a ver com a relação desta ilha com o Governo Regional. Estamos a falar de um problema gravíssimo que exige uma solução imediata.

Dentro de um mês completa-se um ano desde que tudo isto aconteceu. Em 1980, perante uma situação muito mais complexa em que a maquinaria disponível na ilha era infinitamente inferior à de hoje, as coisas não ganharam estes contornos e foi possível resolver o assunto numa questão de meses.

Continuamos a fazer perguntas sem obtermos respostas, quando precisamos de ação e de sermos informados acerca do que se passa. Não podemos obter respostas críticas do género: «Está fechado por tempo indeterminado» ou «estamos a fazer um concurso». O que se passa ali? Sempre vou sabendo mais algumas coisas, porque vou tentando obter respostas, mas confesso que não sei o que deveria saber enquanto responsável pela Câmara Municipal de Angra.

Deveríamos ser mais parceiros e estar mais informados. Nunca tive uma versão oficial das razões da paragem daquela obra, nem soube oficialmente porque é que se tomou um conjunto de opções. A senhora deputada tem razão e é verdade que estive no local, onde pude verificar que não há nenhum problema com a estrada, que está utilizável, e com dois ou três dias de trabalho de máquina, fica pronta para a circulação; o problema não é esse, o que é preciso é tomar decisões, acabar com este impasse e com a falta de resposta que é altamente penalizadora para a confiança dos cidadãos no sistema político. Ando pelos caminhos e as pessoas abordam-me, dizendo: «Vocês não fazem nada. Porque não dizem ao Governo?» Até parece que nunca dissemos nada. Para o cidadão comum, parece que há aqui uma absoluta inércia de todos os políticos desta ilha e levamos todos com o mesmo tratamento. Sei o que dizem do presidente da Junta de Freguesia, de mim, do Governo, de todos.

Estamos perante um processo que está a erodir algo fundamental num sistema democrático, que é a confiança dos cidadãos nos seus eleitos, e não podemos deixar que as coisas continuem assim. Tem que haver clareza e transparência, queremos saber o que se passa e que as respostas venham do responsável em última instância, que é o senhor presidente do Governo Regional, e a senhora Secretária não é obrigada a vir aqui responder.

Não é da minha competência mas, como se criou um grupo de trabalho para o Prémio Literário Álamo Oliveira, não seria má ideia que se criasse também um grupo de trabalho composto por dois ou três senhores deputados que fossem falar com quem de direito para sabermos o que se passa.

Precisamos de respostas concretas para deixarmos de viver nesta espécie de sombra em que estamos mergulhados há demasiados meses. É preciso que cada um dê a cara e diga o que tem que dizer para que os cidadãos percebam que as suas juntas de freguesia, a Câmara

Municipal e a Assembleia Municipal estão a fazer alguma coisa em vez de ficarem sentados à espera que algo aconteça.

Apelo também aos senhores presidentes de juntas de freguesia envolvidos que peçam uma audiência em nome desta Assembleia Municipal para que ouçam em primeira mão o que se passa, caso contrário, é muito difícil justificar a nossa atitude perante os eleitores, sejam de que partido forem.

Sr. d. m. José Toste – Importa saber se o Conselho de Ilha da Terceira obteve alguma resposta da missiva que foi enviada à senhora Secretária Regional. Parece-me que ainda não houve qualquer resposta, pronúncia ou tomada de posição, ou seja, o órgão mais representativo da ilha Terceira tomou uma posição pública e a resposta que obteve da parte do Governo Regional, foi o silêncio total.

É preciso que fique bem claro que este processo está minado de jogos de bastidores desde o início, não da parte desta Assembleia Municipal, dos partidos políticos ou dos senhores presidentes de juntas de freguesia, mas sim, jogos de bastidores da parte do Governo Regional.

A senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas visitou aquele troço da Estrada Regional no final de setembro de 2024, ficando com a perfeita impressão de que se tratava de uma obra de extrema importância e da urgência da reabertura daquele troço, e cerca de um mês depois disse qualquer coisa como: «Não podemos pôr ninguém em risco, nem o próprio empreiteiro. Temos que ponderar melhor o que vai ser feito ali.» Ora, quando a senhora Secretária visitou a obra em setembro, não tinha havido tempo para um período de ponderação? Quando a obra foi adjudicada, não se sabia já o que ali ia ser feito? Ainda por cima, fez uma intervenção dizendo que estava concluída a parte que estava prevista, ou seja, deu a entender que foi feita uma adjudicação apenas para uma parte da encosta, o que é falso, porque a obra inicial previa uma limpeza da totalidade da encosta; andamos, portanto, com jogos de bastidores.

Se o objetivo é a tomada de uma posição forte, esta Assembleia deve dizer de forma muito clara que não aceitamos a justificação que foi dada pela senhora Secretária Regional para o encerramento daquela estrada, ou seja, não aceitamos que o encerramento daquela estrada seja uma responsabilidade exclusiva do município de Angra do Heroísmo; isto foi afirmado pela senhora Secretária que, numa tentativa de desresponsabilização, até chutou para a própria Assembleia Legislativa Regional, a possibilidade de aprovar uma resolução no sentido de recomendar a abertura da Estrada Regional. Afirmou também que, se o município de Angra do Heroísmo aceitasse a responsabilidade pela abertura da estrada, ela abri-la-ia no dia seguinte. Não podemos aceitar esta tentativa de desresponsabilização da parte da senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

A tomada de uma posição forte por parte desta Assembleia Municipal passa, em primeiro lugar, por afastar da senhora Secretária Regional, qualquer possibilidade de se defender, baseando-se numa pseudo-responsabilidade da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. A Assembleia Municipal deve dizer de forma clara que o município de Angra do Heroísmo não tem qualquer responsabilidade no encerramento daquela estrada nem na sua

abertura. Não podemos deixar que a senhora Secretária Regional ouse passar um atestado de incompetência à ilha Terceira, voltando a responsabilizar o município de Angra do Heroísmo por uma situação que se mantém por exclusiva responsabilidade do Governo Regional.

Por outro lado, é preciso saber se aquele contrato e a verba que foi investida para a limpeza dos taludes, era apenas para uma parte ou para a totalidade daquela área, dado que a senhora Secretária, num primeiro momento afirmou que era para a totalidade e depois disse que era apenas para uma parte.

É preciso saber também se, quando se avançou com aquela intervenção, havia os estudos necessários para o tipo de intervenção a fazer ali. A senhora Secretária dá a entender que se avançou um bocadinho às cegas e teve que se parar de repente por se ter confrontado com alguma situação desconhecida. É preciso confrontar a senhora Secretária e o Governo Regional com estes ziguezagues, que em nada contribuem para a sua credibilidade.

Todos esperamos que as coisas corram pelo melhor e ninguém nesta Assembleia Municipal está contente com a incapacidade de resolução daquele problema, antes pelo contrário, estamos solidários com as populações do Raminho e da Serreta que, há largos meses se encontram naquela situação. Deve haver uma posição forte da parte desta Assembleia Municipal que clarifique as responsabilidades e ao mesmo tempo exija uma solução urgente para aquele problema.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – A minha principal preocupação é que sejamos consequentes e façamos sair desta sala, uma pronúncia endereçada ao Governo Regional. Dado que só voltamos a reunir em fevereiro do próximo ano, temos que tomar uma decisão por unanimidade, de tal forma que fiquemos avalizados pela Assembleia Municipal para o que se vier a fazer.

Esperando que possa haver concordância, alvitro que preparemos um texto com referência na posição que foi tomada pelo Conselho de Ilha. Sem qualquer tipo de acusações nem dedos no ar, porque nunca sabemos onde os dedos vão ter, clarifiquemos que a competência é do Governo Regional por se tratar de uma via regional, e arranjemos maneira de entregar o documento, que poderá ser mais ou menos formal.

Tal como fizemos com o regulamento do Prémio Literário Álamo Oliveira, cada um do seu lado da bancada, obterá a concordância de quem tiver que obter, e obviamente não deixaremos de envolver os senhores presidentes das juntas de freguesia mais ligadas ao processo.

Quanto ao facto de entregarmos o documento ou enviá-lo pelo correio, sem querer utilizar ninguém desta sala, acho que deveria ser pedida uma audiência à senhora Secretária Regional responsável pela área, a quem o senhor presidente da Mesa e uma delegação de deputados desta Assembleia entregariam o documento. Sairíamos daqui legitimados pela Assembleia Municipal para procedermos de uma determinada forma em relação ao documento a apresentar. Penso que, desse modo, conseguimos atingir o objetivo que, se segundo se percebe, partilhamos.

Talvez seja melhor haver uma votação, mesmo que seja de braço no ar, para podermos fazer referência que o documento surgiu na sequência de uma aprovação por unanimidade na 5.ª sessão da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Sr. presidente da Mesa – Para que fique em ata, coloco à votação o que acabou de ser sugerido pelo senhor deputado Carlos Costa Neves. Não havendo votos contra nem abstenções, as sugestões dos intervenientes foram aceites por unanimidade. Assim sendo, estão indigitados: os líderes das bancadas do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM), o senhor presidente da Câmara, os senhores presidentes das Juntas de Freguesia do Raminho e da Serreta e o presidente da Assembleia Municipal que, se calhar, será o carteiro para entregar a carta à senhora Secretária.

A Assembleia Municipal analisou o documento, tendo deliberado por unanimidade, a elaboração de uma pronúncia conjunta a enviar à Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. (85/2024/AMAH).

3 – DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PS E DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDP-PP – PPM):

3.1 – Voto de Louvor pelos 50 anos da Sociedade Recreativa do Divino Espírito Santo do Raminho. Para votação do órgão deliberativo.

Sr. d. m. Mário Cardoso (presidente da J. F. do Raminho) – É com muito orgulho que apresento este Voto de Louvor pelos 50 anos da Sociedade Recreativa do Divino Espírito Santo do Raminho. Fico muito satisfeito por me ter calhado esta parte na colaboração destas comemorações dos seus 50 anos.

VOTO DE LOUVOR:

Pelos 50 anos da Sociedade Recreativa do Divino Espírito Santo do Raminho.

«A 11 de novembro de 1974 era colocada a primeira pedra para a construção da Sociedade Recreativa do Divino Espírito Santo do Raminho, que este ano assinala os seus 50 anos de funcionamento.

Inicialmente construída por trás da denominada Casa do Espírito Santo, sendo registada com o nome de Sociedade do Divino Espírito Santo do Raminho, este edifício surge por força de um voluntariado coletivo enorme, liderado por um grupo de 12 raminhenses, mas que envolveu toda a população da freguesia em torno deste projeto comum.

Os timoneiros deste projeto foram Anívio Borges Correia, António Vieira Lourenço, Dimas Simas Simões, João Batista da Costa Cardoso, João do Álamo da Rocha, Joaquim Luís Xavier, José Vieira Cardoso, Luís Cardoso Simões, Norival Gil de Sousa, Firmino Toledo Ornelas, Lúcio Meneses Vitorino e João Antimo Ormonde Gil. A estes também se juntou uma outra equipa de raminhenses emigrantes nos Estados Unidos da América e no Canadá, que aí, juntaram um prestimoso pecúlio financeiro da comunidade emigrante com raízes no Raminho e foram essenciais para o avançar da obra.

Ao longo destes 50 anos de funcionamento, a Sociedade Recreativa do Raminho tem sido um espaço polivalente, ao serviço da população. Sendo o mais evidente o seu ambiente acolhedor e adequado por altura do Carnaval, também tem sido palco para espetáculos de teatro e de variedades, noites de cantoria, concertos de música, recitais de poesia, apresentação de livros, semanas culturais e espaço de culto, sempre que foi necessário.

Neste período, por empenho dos seus órgãos sociais, a Sociedade Recreativa do Raminho foi alvo de intervenções de requalificação e melhorias, sendo de destacar a requalificação recente, que contou com o apoio significativo da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal, assim como com o voluntarioso trabalho e donativos da população raminhense, sendo de destacar o contributo de Francisco Henrique Sousa Vieira, José Joaquim Ormonde, Nélcio Barcelos, Jorge Soares e José Cota.

Também importa salientar o contributo, constante e evidente, para a promoção de iniciativas culturais e recreativas, na Sociedade Recreativa do Raminho, de José Henrique Álamo de Oliveira, que neste momento coordena o grupo de teatro amador “Pé de Milho”, que ainda este ano apresentou um recital de poesia por ocasião dos 50 anos da Revolução de Abril.

Ao assinalar 50 anos de funcionamento, a Sociedade do Divino Espírito Santo do Raminho tem todas as condições para ser um espaço de excelência no concelho, no que concerne à cultura, sendo sempre um ponto de encontro e de convívio de todos os que por lá passam.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal da Coligação PSD/CDS-PP/PPM e o Grupo Municipal do Partido Socialista propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária de 6 de dezembro de 2024, a aprovação de um voto de louvor pelos 50 anos da Sociedade Recreativa do Divino Espírito Santo do Raminho.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à Direção da Sociedade Recreativa do Divino Espírito Santo do Raminho, à Assembleia de Freguesia do Raminho e à Direção Regional da Cultura.

Angra do Heroísmo, 6 de dezembro de 2024.»

O Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade. (86/2024/AMAH).

3.2 – Voto de Louvor pelos 100 anos da Conferência de São Vicente de Paulo de Santo Amaro, da Ribeirinha, ao serviço dos mais pobres. Para votação do órgão deliberativo.

O senhor deputado municipal Alberto Melo, presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha, procedeu à leitura do voto em epígrafe:

VOTO DE LOUVOR:

Pelos 100 anos da Conferência de São Vicente de Paulo de Santo Amaro, da Ribeirinha.

«A Conferência de São Vicente de Paulo, de Santo Amaro, da Ribeirinha, completou 100 anos de vida ao serviço dos mais pobres, no passado dia 28 de setembro.

Fundada a 28 de setembro de 1924, por um grupo de senhores que aceitaram o convite do Sr. Padre José da Rosa Dutra para servir os carenciados da sua comunidade, com amor e caridade, a Conferência manteve-se sempre em funcionamento ao longo do último século.

A Conferência tem contado com o prestimoso contributo e voluntariedade de dezenas de senhoras e tem estado ao serviço dos mais pobres da nossa comunidade, ajudando as famílias mais vulneráveis, seguindo o exemplo de São Vicente de Paulo e a espiritualidade do Beato Frederico Ozanam.

Neste momento em que se assinala um século de existência, é de enaltecer esta Conferência pela sua antiguidade e espírito de caridade que ao longo de 100 anos tem dedicado à sua causa, bem como é de reconhecer o trabalho abnegado de todas as senhoras que dedicaram a esta missão, em prol de servir o outro.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal da Coligação PSD/CDS-PP/PPM e o Grupo Municipal do Partido Socialista propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária de 6 de dezembro de 2024, a aprovação de um voto de louvor pelos 100 anos da Conferência de São Vicente de Paulo, de Santo Amaro, da Ribeirinha.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à Conferência de São Vicente de Paulo, de Santo Amaro, da Ribeirinha, à Diocese de Angra e à Assembleia de Freguesia da Ribeirinha.

Angra do Heroísmo, 6 de dezembro de 2024.»

O Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade. (87/2024/AMAH).

3.3 – Voto de Congratulação a Assunção Melo pela conquista do Prémio EMEL – História dos Caminhos, Percursos e Mobilidade. Para votação por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Sónia Pimentel procedeu à leitura do voto em epígrafe:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

A Assunção Melo pela conquista do Prémio EMEL – História dos Caminhos, Percursos e Mobilidade.

«A Academia Portuguesa de História atribuiu, recentemente, o Prémio EMEL – História dos Caminhos, Percursos e Mobilidade à historiadora Assunção Melo, Investigadora do CHAM – Açores, Centro de Humanidades da Universidade dos Açores (UAc), pelo seu recente livro “Altars da Memória: O Advento das Micro-Histórias na Periferia das Periferias”.

Este prémio tem como objetivo gratificar uma obra de reconhecido mérito em qualquer época da História de Portugal, sendo uma honra e prestígio para os Altars e Angra do Heroísmo, na medida em que foi galardoada uma obra que nos dá a conhecer o passado da povoação da freguesia dos Altars, freguesia de onde a laureada Assunção Melo é natural.

A conquista deste prémio é reflexo da qualidade e genuinidade da obra e da autora, sendo que projeta a freguesia dos Altars e o concelho de Angra do Heroísmo no panorama nacional.

Deste modo, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal da Coligação PSD/CDS-PP/PPM e o Grupo Municipal do Partido Socialista propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária de 6 de dezembro de 2024, a aprovação de um voto de congratulação a Assunção Melo pela conquista do Prémio EMEL – História dos Caminhos, Percursos e Mobilidade.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à própria, ao CHAM – Açores, Centro de Humanidades da Universidade dos Açores (UAc), à Assembleia de Freguesia dos Altares e à Direção Regional da Cultura.

Angra do Heroísmo, 6 de dezembro de 2024.»

Sr. presidente da Câmara – Esta é uma excelente obra que obteve este reconhecimento, mas tem também tido uma grande procura entre nós. A edição foi integralmente subsidiada pelo município e insere-se num esforço que tem vindo a fazer-se no sentido de se ir produzindo literatura sobre as freguesias. A mesma coisa aconteceu recentemente no Porto Judeu e na Ribeirinha e a freguesia de São Mateus também já tem. As nossas freguesias têm estado a trabalhar neste projeto que valoriza a história local e o trabalho que muita gente vai fazendo na investigação do passado e na melhoria do auto conhecimento.

É, de facto, uma obra extremamente interessante. Tive o prazer de participar no seu lançamento nos Altares e aqui neste salão e mais histórias fomos descobrindo. É uma daquelas obras seminais que abrem um conjunto de caminhos para mais estudo e investigação e para irmos descobrindo estes fios de história e de geografia que, de alguma maneira, dão carácter a cada uma das nossas comunidades.

Quero endereçar os meus parabéns à autora, à Junta de Freguesia dos Altares, que foi a grande promotora da realização e edição da obra, e agradeço o prémio à Academia Portuguesa da História. É um prémio honroso que vem também reconhecer a atividade editorial que o município tem vindo a desenvolver. Como há pouco referi, há mais dois prémios que nos foram atribuídos na área editorial, o que demonstra que não se trata apenas de produzir livros, mas de produzir livros com qualidade.

Muitos parabéns à Assunção Melo e à Junta de Freguesia dos Altares com os votos que estes estudos continuem. Espero que mais freguesias vão aparecendo com as suas monografias feitas e que naquelas em que já se fez, se continue a trabalhar no sentido de se explorar. Este livro é um excelente exemplo disso e abre um conjunto de pistas; haja quem as queira seguir porque tem muito por onde estudar e interessará, não apenas aos altarenses, mas a todos nós. Muitos parabéns e muito obrigado.

Sra. d. m. Cidália Parreira – Boa tarde Exmo. senhor presidente da Assembleia e senhoras secretárias, senhor presidente da Câmara e senhores e senhoras vereadoras, caros deputados municipais.

É com grande satisfação e orgulho que expresso os sinceros parabéns à doutora Assunção Melo pela conquista deste prémio atribuído pela Academia Portuguesa da História, como altarenses que é e pelo livro que foi premiado «Altares da Memória», editado pela Junta de Freguesia dos Altares com o apoio da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. A sua

capacidade de investigar, interpretar e partilhar o passado foi fundamental para a concretização desta obra. Realço a sua dedicação e talento que são verdadeiramente inspiradores.

Este reconhecimento é um reflexo do impacto e da qualidade da sua obra. Posso dizer-vos que, na cerimónia que decorreu na passada quarta-feira em Lisboa, a Assunção Melo e os Altares foram agraciados e aplaudidos.

O Voto de Congratulação foi aprovado, por unanimidade, após votação por escrutínio secreto. (88/2024/AMAH).

3.4 – Voto de Congratulação ao atleta João Pereira, que se sagrou Bicampeão Nacional em juniores, na modalidade de Karaté, disciplina de Kumite – 76 kgs.

A senhora deputada Luísa Barcelos procedeu à leitura do voto em epígrafe:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

Ao atleta João Pereira, que se sagrou Bicampeão Nacional em juniores, na modalidade de Karaté, disciplina de Kumite – 76 kgs.

«No passado mês de novembro, o atleta João Pereira, do Clube de Karate-do Shotokan de Angra do Heroísmo, sagrou-se bicampeão nacional em juniores, de kumite -76kg, renovando o título conquistado em 2023.

João Pereira iniciou-se no karaté aos seis anos de idade, no Colégio de Santa Clara, tendo depois integrado o Clube de Karate-do Shotokan de Angra do Heroísmo, onde tem alcançado enormes feitos em nome do concelho, mas também dos Açores.

Num percurso pautado por grande dedicação, disciplina e capacidade, João Pereira volta a destacar-se no panorama nacional de Karaté, tendo sido o primeiro karateca açoriano a participar num Campeonato do Mundo, pela Seleção Nacional.

Assim, tem levado o nome do desporto açoriano aos mais altos níveis de competição, num esforço individual e do próprio Clube de Karate-do Shotokan de Angra do Heroísmo, que tem conquistado inúmeras competições, a nível regional e nacional, num projeto desportivo marcado pelo companheirismo, rigor e compromisso dos seus atletas.

Portanto, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal da Coligação PSD/CDS-PP/PPM e o Grupo Municipal do Partido Socialista propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária de 6 de dezembro de 2024, a aprovação de um voto de congratulação ao atleta João Pereira, que se sagrou bicampeão nacional em juniores, na modalidade de Karate, disciplina de Kumite – 76 kgs.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento ao próprio, ao Clube de Karate-do Shotokan de Angra do Heroísmo, à Assembleia de Freguesia de Santa Luzia e à Direção Regional do Desporto.

Angra do Heroísmo, 6 de dezembro de 2024.»

O Voto de Congratulação foi aprovado, por unanimidade, após votação por escrutínio secreto. (89/2024/AMAH).

Sr. presidente da Mesa – Concluídos os pontos da Ordem de Trabalhos da nossa sessão ordinária, quero informar que, de acordo com a Conferência de Líderes, a 1.ª sessão da Assembleia Municipal do próximo ano ocorrerá no dia 21 de fevereiro.

A senhora deputada municipal Rita Belo Santos, na qualidade de 2.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações, que foi aprovada por unanimidade.

Sr. presidente da Mesa – Senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, terminámos assim as sessões da Assembleia Municipal referentes ao ano 2024. Em meu nome e em nome da Mesa da Assembleia Municipal, quero expressar um agradecimento pela participação das senhoras e dos senhores deputados municipais, da Câmara Municipal e das senhoras e dos senhores vereadores ao longo destas sessões da Assembleia Municipal. Enalteço a forma como foram debatidos os assuntos aqui trazidos com elevação e dignidade, respeitando as opiniões e as posições políticas de cada um, sempre com a preocupação de dignificar a Assembleia Municipal e o concelho de Angra do Heroísmo. Agradeço também às senhoras e aos senhores membros da Assembleia Municipal suplentes que, por várias razões, acabam por ser convocados e sempre compareceram, cumprindo com aquilo que, regimentalmente está estabelecido.

Sem desprimor para os restantes, permitam-me que realce a presença de um cidadão desta terra, o senhor Basílio Sousa que conhecemos há muitos anos, um senhor muito respeitado, assim como o senhor Gilberto Moniz.

Desejo a cada um de vós e às vossas famílias, um bom Natal e umas Boas Festas com saúde, boa disposição, alegria e esperança, esperando que saiam bem deste ano 2024 e entrem ainda melhor em 2025. Sejamos melhores pessoas para podermos dar continuidade ao nosso trabalho e à nossa participação cívica, dignificando aqueles que em nós votaram para que aqui estivéssemos. Boas Festas, bom Natal e um bom ano novo. Muito obrigado.

A intervenção do senhor presidente da Mesa mereceu uma ovação da parte dos senhores membros da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Sr. presidente da Câmara – Uma intervenção curta para, em nome do grupo municipal do Partido Socialista na Câmara Municipal, vos desejar umas Boas Festas e um feliz ano novo. Peço ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra às senhoras vereadoras que, certamente, também se quererão pronunciar. Com os desejos que continuemos a desempenhar bem o nosso trabalho, desejo a todos umas Boas Festas e um feliz 2025.

Sra. vereadora Sandra Garcia – Boa tarde senhor presidente da Assembleia e senhoras secretárias da Mesa, senhor presidente da Câmara e caros colegas vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Intervenho para, naturalmente me associar aos votos de Boas Festas, mas antes disso, embora ficando caladinha na maior parte das vezes, quero dizer que é uma honra fazer parte destas nossas reuniões. Mesmo quando não estamos de acordo, o senhor presidente da Assembleia Municipal e o senhor presidente da Câmara, fazem as suas intervenções e as suas defesas sempre com alta dignidade, um apanágio do nosso povo que gosta de gente civilizada que se respeita mutuamente. É um orgulho ver o vosso trabalho, mesmo quando não estamos de acordo. Quando estamos de acordo, pois é ainda mais bonito, porque se denota uma coragem de parte a parte, tal como aconteceu e continua a acontecer em papéis contrários. Angra está de parabéns convosco e desejo a todos vós e às vossas famílias, um bom Natal e um feliz ano novo, acima de tudo com muita saúde.

Sra. vereadora Brites Cunha – Boa tarde senhor presidente da Assembleia e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e colegas vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Associo-me também a todos estes votos, desejando um santo, em vez de um feliz Natal, porque é assim que considero que se deve encarar esta época, que espero de muita paz, muita partilha e de proximidade a todos aqueles que se encontram em situações menos favoráveis do que as nossas. Desejo que estes valores continuem presentes nas nossas vidas no virar do ano para que, como disse o senhor presidente da Assembleia Municipal, sejamos pessoas melhores e consigamos servir cada vez melhor os que nos confiaram os seus votos e a nossa presença nas suas vidas.

Reiterando esta possibilidade que o senhor presidente da Câmara nos concedeu, aproveito também para lhe desejar, assim como a todo o executivo camarário, um santo Natal, que é extensível aos seus familiares e amigos. Muita saúde e prosperidade, muito sucesso e realização pessoal e profissional a todos os níveis. Um bem-haja e um bom ano 2025.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Sem tencionar atraiçoar o velho princípio, «se não tens nada de novo a dizer, cala-te», realmente nada de novo tenho a dizer, mas faço minhas as palavras de todos aqueles que acabaram de intervir. Também vos desejo um santo Natal, manifestando o respeito e a estima que tenho por cada um, esperando que consigam sempre ultrapassar barreiras menores. Ao mesmo tempo, quero enaltecer o trabalho de todos com uma especial referência ao senhor presidente da Mesa Domingos Cunha, que presta uma enorme dignidade a esta Assembleia Municipal. É também pelo seu equilíbrio, equidistância, sensatez e sabedoria que, muitas vezes, é mantido aqui um clima de respeito e consideração.

Não quero deixar de fazer também uma referência a quem acompanha os nossos trabalhos e nos atura durante horas – nomeadamente quando resolvem interromper para almoço – e uma palavra para a senhora Dona Fernanda Santos, porque não conheço pessoa mais empenhada para manter em dia e com disciplina, os nossos trabalhos. Um santo e feliz Natal para todos com o testemunho do maior respeito e consideração.

Sr. d. m. José Toste – O grupo municipal do Partido Socialista deseja também um santo e feliz Natal aos que aqui estão, bem como aos que seguem os nossos trabalhos em casa,

dando nota que, na nossa opinião, os trabalhos decorreram da melhor forma ao longo deste ano. Todos contribuímos para a dignificação desta Assembleia, embora em alguns casos, terá acontecido o contrário, como faz parte da natureza humana. Tentamos sempre comportar-nos com o máximo de elevação mas, por vezes, somos tomados por impulsos e as questões que deveriam ser debatidas com um certo nível, acabam por ser deixadas para segundo plano devido a alguns preconceitos de natureza política e ideológica.

No espírito desta época festiva, partilho esta reflexão pessoal que, espero, não seja uma mera declaração de intenções e todos possamos contribuir para a elevação dos trabalhos desta Assembleia, para os quais, como disse o senhor deputado Carlos Costa Neves, a presidência da Mesa tem dado um contributo incomparável ao pequeno contributo de todos nós.

Sr. presidente da Mesa – Na sequência daquilo que foi aqui debatido e aprovado por unanimidade, convoco o senhor deputado Carlos Costa Neves, o senhor deputado José Toste, o senhor presidente da Câmara, os senhores presidentes das Juntas de Freguesia do Raminho e da Serreta e eu próprio, para nos reunirmos aqui na Mesa da Assembleia na próxima segunda-feira às 14H30min com vista a tratarmos do documento atrás referido que será enviado ao Governo Regional. Muito obrigado, boa tarde, bom fim de semana e Boas Festas para todos.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 16h50 do dia 6 de dezembro de 2024, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha